



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL GARCIA

Um debate através da teoria crítica sobre a produção científica nas relações internacionais: uma análise do livro “To Lead The World”.

FLORIANÓPOLIS

2019

GABRIEL GARCIA

**Um debate sobre a produção científica nas relações internacionais através da
teoria crítica: uma análise do livro “To Lead The World”.**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
relações internacionais do Centro socioeconômico
da Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Bacharel
em relações internacionais.
Orientadora: Prof^a . Dr^a . Patrícia Fonseca Ferreira
Arienti

FLORIANÓPOLIS

2019

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir nota 10 ao aluno Gabriel Garcia, após a apresentação do trabalho intitulado “**Um debate através da teoria crítica sobre a produção científica nas relações internacionais**: uma análise do livro “To Lead The World”” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 10 de Julho de 2019

Banca Examinadora:

Prof^a . Dr^a . Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dra.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Marialice de Moraes, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Pedro Lange Netto Machado, Me.

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

No seguinte trabalho temos o objetivo de analisar o livro "To Lead the Wrold: American Hegemony After the Bush Doctrine" através da perspectiva crítica internacionalista. Abordamos a teoria crítica nas ciências sociais e como ela se transpõe no campo das relações internacionais. Levantando o debate sobre o papel das ideias e como a ciência é feita em uma sociedade capitalista buscamos analisar a obra inserida na realidade social da qual forma parte. A análise da obra se dá pelas categorias de análise levantados ao longo do trabalho, são elas: (i) Tradição teórica (ii) Metodologia (iii) Hegemonia (iv) Racionalidade presumida (v) Conselho. Os resultados obtidos apontam à relação estabelecida pela teoria crítica entre a produção de ciência e a defesa de interesses particulares. Concluimos através da análise do livro "To Lead The World" que a produção científica, como encontrada na obra, tem como objetivo defender os interesses específicos do estado norte-americano.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Produção Científica. Política Externa Estadunidense.

ABSTRACT

In the following work we aim to analyze the book "To Lead the Wrold: American Hegemony After the Bush Doctrine" from an internationalist critical perspective. We approach critical theory in the social sciences and how it transposes itself in the field of international relations. Raising the debate about the role of ideas and how science is done in a capitalist society we seek to analyze the work inserted in the social reality of which it forms part. The analysis of the work is given by the parameters raised throughout the work, they are: (i) Theoretical tradition (ii) Methodology (iii) Hegemony (iv) Presumed rationality (v) Council. The results point to the relationship established by the critical theory between the production of science and the defense of particular interests. We conclude that Scientific production as found in the book To Lead The World aims to defend the specific interests of the US state.

Keywords: Critical Theory. Scientific production. United States Foreign Policy.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 A TEORIA CRÍTICA E O PAPEL DAS IDEIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	9
2.1 A TEORIA CRÍTICA E A TEORIA TRADICIONAL DE MAX HORKHEIMER.....	9
2.2 CRITICAL THEORY E PROBLEM SOLVING THEORY.....	12
2.3 O CARÁTER NORMATIVO DA PERSPECTIVA REALISTA E LIBERAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
2.4 O PAPEL DAS IDEIAS EM COX.....	17
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
3.1 A FORMA QUE O DISCURSO DO PODER ASSUME NA ESFERA INTERNACIONAL: UNIVERSALISMO CIENTÍFICO.....	23
3.2 O INTELLECTUAL ORGÂNICO.....	27
3.3. A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA EM COX.....	28
3.4 O ACADÊMICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	30
3.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	32
4 UMA ANÁLISE DE “TO LEAD THE WORLD: AMERICAN STRATEGY AFTER THE BUSH DOCTRINE”.....	37
4.1 A DOCTRINA BUSH.....	37
4.2 OS AUTORES DO LIVRO.....	38
4.3 O MILLER CENTER.....	40
4.4 TRADIÇÃO TEÓRICA.....	42
4.5 METODOLOGIA.....	45
4.6 HEGEMONIA.....	47
4.7 RACIONALIDADE PRESUMIDA.....	51
4.8 CONSELHO.....	55

5 CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A teoria crítica tem como proposta analisar a sociedade em sua totalidade, as questões específicas sendo estudadas não são tomadas como isoladas, mas contextualizadas pelo seu meio social, elas estão inseridas em uma sociedade capitalista. A teoria crítica busca estudar como diferentes esferas da atividade humana estão relacionadas com a manutenção da ordem estabelecida vigente, já que o seu principal objetivo é a sua transformação. Buscando integrar as áreas do conhecimento a sua realidade concreta, a teoria crítica contesta a afirmação de que o processo científico é neutro. A ciência defende interesses específicos que se afirmam universais, a questão teórica também é uma questão política. Em tal sentido, a teoria crítica busca romper a separação entre observador e objeto de estudo, o ato de fazer teoria não tem como principal vetor a busca de verdades universais, mas está condicionado pelos interesses de uma ordem específica estabelecida.

A teoria crítica, surgida nas ciências sociais, é adaptada para as diferentes áreas do conhecimento, que então buscam analisar os pressupostos nos quais elas estão estabelecidas. Formulando as perguntas: Para quem serve o conhecimento? Qual é o seu uso? A vertente crítica teve sua introdução nas relações internacionais com a obra de Robert W. Cox. O autor busca responder tais perguntas no campo de estudo das relações internacionais, e as suas indagações são análogas ao objetivo deste trabalho. O objetivo deste trabalho é analisar através da teoria crítica a produção de conhecimento científico nas relações internacionais, tendo como objeto de estudo a obra "To Lead The World: American Hegemony After de Bush Doctrine" (LEFFLER; LEGRO, 2008).

Após, debatermos a perspectiva crítica, que foi introduzida aqui no primeiro capítulo. No segundo capítulo vamos buscar entender como se dá especificamente a produção de conhecimento no campo das relações internacionais, contamos com a contribuição de alguns autores. Wallerstein (2007) comenta sobre as diferentes formas que a retórica das nações poderosas assumiu durante os anos, sendo o seu formato recente o do universalismo científico. Neste formato o discurso baseado em princípios científicos, valores universais, é usado para legitimar as ações de nações sobre outras. Gramsci (2000) com a categoria de intelectual orgânico busca

entender quais as relações entre os produtores de conhecimento e os interesses materiais da sociedade na qual eles estão inseridos. Cox comenta sobre a universidade e como se dá a manifestação de interesses específicos na sua organização. A descrição de Perry Anderson sobre como se dá a relação entre os teóricos da política externa norte-americana e os seus formuladores demonstra a relação direta que existe entre os dois grupos. Por fim buscamos estabelecer algumas categorias de análise para analisar o nosso objeto de estudo.

Os critérios estabelecidos para a análise do livro “To Lead The World”, que é feita no terceiro capítulo são: (i) Tradição teórica: pela qual buscamos entender em qual das correntes do campo internacionalistas os textos analisados se enquadram. (ii) Metodologia: Quais são as metodologias usadas pelos autores e as suas consequências. (iii) Hegemonia: como é estabelecida a hegemonia estadunidense e qual é a sua situação atual segundo os autores. (iv) Racionalidade presumida: Entender porque alguns atores do sistema internacional são considerados racionais e legítimos enquanto outros irracionais e ilegítimos. (v) Conselho: Quais são as recomendações dos autores para os formuladores de políticas do governo estadunidense. Com o objetivo de contextualizar o livro, vamos observar o momento da política externa norte-americana no qual ele foi escrito, seus autores e a instituição responsável pelo seu financiamento. Buscamos assim, entender as relações da obra com as relações materiais que a geraram, a sua organicidade. A hipótese é comprovar através de uma análise crítica do livro “To Lead the World” a afirmação de que a produção científica ali realizada, apesar de se afirmar universalista, atende a interesses específicos do governo estadunidense.

2 A TEORIA CRÍTICA E O PAPEL DAS IDEIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No seguinte capítulo buscamos revisar de maneira geral a perspectiva levantada pela teoria crítica e como ela se manifesta nas relações internacionais. Para realizar tal tarefa o capítulo é dividido em quatro partes. A primeira observa a criação formal do termo teoria crítica como foi feita por Max Horkheimer e qual o seu significado. A segunda parte analisa a introdução da perspectiva crítica no campo das relações internacionais como feita por Robert W. Cox. A terceira parte traz comentários da perspectiva crítica internacionalista sobre as duas principais correntes teóricas das relações internacionais, a liberal e a realista. Na quarta parte é analisado o papel das ideias na obra de Robert W. Cox.

2.1 A TEORIA CRÍTICA E A TEORIA TRADICIONAL DE MAX HORKHEIMER

A teoria crítica, termo definido pela primeira vez por Horkheimer, é encontrada hoje como corrente em diversos campos do conhecimento científico. Vamos agora nos ater a definição feita por Max Horkheimer de teoria crítica e teoria tradicional em seu ensaio “*Critical theory and traditional theory*” (1937 *apud* HORKHEIMER 1980), que influencia fortemente a vertente crítica no campo das relações internacionais, que analisaremos posteriormente.

A teoria tradicional parte de um fundamento de racionalidade empírica, sendo a sua base a observação de fatos. Deduções intelectuais são feitas para relacionar os diferentes fatos entre si. A ciência moderna, tendo Descartes como um de seus fundadores, inclui nas ciências humanas o método científico antes reservado às ciências naturais. A medição de números, a composição de variáveis para uma posterior relação matemática entre os fatos observados começa a ser usada nas ciências humanas, se acredita que através do método racional todas as

relações entre os fatos que compõem o conhecimento humano estariam cognoscíveis.

O método de pesquisa nas ciências humanas na modernidade então muda, a pesquisa tem como base a coleta de dados, de maneira mais intensa e detalhada possível. A formulação de princípios gerais pelos cientistas sociais é substituído pela análise de dados dos cientistas modernos. As afirmações estão diretamente atreladas aos dados obtidos, o empirismo dita as afirmações a serem feitas, o método de formulação de princípios gerais para depois então se pensar os dados é deixado de lado.

A clássica formulação de teorias afirmava que a teoria não dependia apenas de um inventário de fatos para poder tecer afirmações, mas teorias são formuladas através de fatos que são tidos como essenciais pelo observador. Se atentar para todos os fatos, ou traços individuais, pode obscurecer as relações e fatos específicos que revelam a essencialidade do que está sendo observado. A diferença destacada entre o método clássico e moderno destaca principalmente a direção das afirmações que são feitas, se as afirmações partem de princípios gerais ou de fatos coletados.

A formação de teoria está atrelada ao manejo do mundo natural e social. Transformando fatos em saber através da teoria, ela então serve para manusear o objeto observado. O saber teórico é então aplicado no real, causando alterações e avanços técnicos e científicos. O que é interpretado pela ciência moderna como sendo a expansão do que pode ser explicado através das deduções lógicas, é interpretado como uma questão social por Horkheimer. A aplicação do conhecimento científico então não seria apenas derivada de conclusões lógicas e racionais, mas derivada de uma realidade social específica. O esforço científico moderno em enxergar os fatos apenas através de suas relações lógicas retira o acontecimento de seu meio social.

Buscando então a previsão e obtenção de resultados, o cientista deve organizar e catalogar os fatos que ele obtém, na ciência moderna esse é o ato de teorizar. O cientista estando atrelado a ordem social na qual os fatos observados estão inseridos, ao teorizar, contribui para a conservação da realidade social dada. O empreendimento da atividade científica é desligado, então, de sua função no meio capitalista. Em uma sociedade capitalista, temos a totalidade na qual as relações de trabalho cumprem a sua função para o acúmulo de capital, elas não são analisadas de maneira individual e separada, mas através de sua função no mundo capitalista. O esforço científico não é desligado ou independente da sociedade que o gera, ele faz parte das relações de trabalho, e os seus resultados impactam também outros processos produtivos. Avanços técnicos e a racionalização da produção nascem de tal relação. É preciso encarar o esforço científico dentro de sua totalidade social.

A perspectiva da teoria crítica aborda então as questões como sendo um pedaço particular de um todo maior. Cada área não é separada e individualizada, mas estão conectadas por serem diferentes segmentos na divisão do trabalho. Horkheimer insere os indivíduos em uma análise de classes na qual o todo não é harmonioso, e o resultado de seu trabalho não tem um fim em si, mas está atrelado ao processo de acumulação de capital. A organização racional da sociedade é então vista como uma maneira específica de organizar a produção, na qual os interesses da maioria não são realizados. O véu da racionalidade científica apresenta o mundo como lógico, não como sendo formado por interesses. A contradição é evidente, o avanço da racionalidade nas esferas da produção não é acompanhado por benefícios diretos na condição dos indivíduos que formam tal sociedade. A teoria crítica vem com o propósito de intervir, de manter em aberto a possibilidade de mudança. A divisão do trabalho se dá em diferentes segmentos especializados, assim como a produção científica se separa em disciplinas distintas. Horkheimer, ao notar como a teoria tradicional está presente nos distintos campos do conhecimento, ocupando uma posição metodológica central, defende a possibilidade do

desenvolvimento de perspectivas críticas nas áreas do conhecimento humano. A teoria crítica buscaria a semelhança oculta pela separação dos campos, a função que eles ocupam em uma sociedade de classes.

2.2 CRITICAL THEORY E PROBLEM SOLVING THEORY

Cox, em seu artigo "*Social Forces, states, and world orders: beyond international relations theory*" (1981) cria a hoje canônica divisão nas relações internacionais entre a teoria crítica e a teoria de resolução de problemas. Cox reflete indagações feitas no passado por outros sobre o ato de fazer ciência, e as aplica no campo das relações internacionais. Vamos repassar o que foi dito então por Cox naquele artigo, sendo ele hoje um ponto de referência para se buscar as definições das distintas correntes.

A maneira de como tentar entender a realidade é uma prática, um exercício que segue diferentes convenções. No desenvolvimento das relações internacionais uma constante durante o desenvolvimento do campo é de separar o estado e a sociedade civil. Cox, através de seu esforço teórico, busca juntar os dois. A contemplação do mundo real sempre resulta em abstrações. Toda teoria é uma maneira de simplificação e abstração da realidade já que a totalidade da realidade é imensurável para os padrões científicos e da mente humana. A segmentação da realidade é algo necessário para o nosso entendimento do real e é o ponto inicial das análises científicas. Tal segmentação é útil para que a mente possa conceber reflexão sobre o objeto e ela é decidida através de convenções científicas, toda epistemologia traz consigo uma dimensão política. De acordo com Cox (1981, p.128, tradução nossa), "Teoria sempre serve a alguém e a algum propósito"¹. A tradição marxista prontamente aponta para os interesses de classe imbuídos em diferentes abordagens teóricas. Todas as teorias têm uma perspectiva e propósitos. Elas detêm uma posição social e política. Não existe teoria divorciada da realidade, no

1 Texto original: "Theory is always for someone and for some purpose"

sentido de que ela detém um poder explicativo neutro sobre o real. Cada teoria é colonizada por interesses específicos. Então, teorias que buscam explicar o mundo através da neutralidade científica, sem assumir o seu posicionamento ou utilidade política, são vistas como teorias para as quais o ponto central é ocultar e não explicar as dinâmicas do mundo. O caráter ideológico é percebido quando uma teorização busca negar a sua historicidade e se afirma como uma busca pela verdade científica. A história, então, se torna um aglomerado de exemplos para ilustrar algumas verdades eternas. Dentro do campo das Relações Internacionais, a obra de Kenneth Waltz representa um desses exemplos, uma vez que as contingências do sistema internacional são as mesmas tanto na época da vida de Tucídides, quanto na Guerra Fria.

A teoria de resolução de problemas tem como objetivo conservar e realizar a manutenção de um ordenamento social. Ela aceita o mundo como um dado, sendo as relações de poder e as instituições em funcionamento, parâmetros inalteráveis. Ela busca resolver irregularidades para o melhor funcionamento do sistema. Problemas particulares são tratados por áreas do conhecimento específicas e especializadas. Como a totalidade de um objeto ou da situação dada não é questionada ou examinada, todo objeto não é analisado em sua totalidade, mas de maneira fragmentada. O caráter normativo da ciência cria regras e expectativas sobre como é o funcionamento das coisas, estabelecendo assim o campo de ação para o indivíduo, estabelecendo também o horizonte de possibilidades que ele pode assumir (COX, 1981). A resolução de problemas tem o objetivo de suavizar o funcionamento do atual ordenamento, buscando a sua manutenção e negando as possibilidades de mudança.

A “critical theory” observa como as condições são historicamente determinadas, e a própria teoria tem um papel em determinar como se dá a reprodução de ordens sociais. A teoria crítica toma o ato de teorizar como um dos componentes que ativamente reproduz a ordem social vigente. Ao considerar o

ordenamento prescrito e mantido pela *problem solving theory* como configurações históricas, ou seja a hierarquia entre as nações e a sua disputa pelo poder como uma questão passível de mudança, a teoria crítica busca novas alternativas. Ao reconhecer um passado ao objeto de estudo buscamos libertar ele da constante repetição do presente possibilitando assim um futuro distinto. Assim, a *problem solving theory* destaca o ordenamento atual do mundo como sendo o único passível, o racional, enquanto a *critical theory* busca, através do método histórico, mostrar como a ordem vigente nas relações internacionais hoje é apenas uma de muitas possíveis. A teoria crítica busca se afastar da ordem vigente e se perguntar como ela chegou a ser, não vê o ordenamento e instituições como eternos e se pergunta sobre as suas origens e sobre as suas transformações (COX, 1981), tendo como objetivo questionar os limites do passível apresentado pelas *problem solving theory*. A teoria crítica busca analisar o processo histórico e não apenas os objetos de maneira fragmentada, olhar o processo de mudança entre a parte específica analisada e o todo na qual ela está inserida. Sendo uma teoria que parte da história, ela não tem ponto de referência numa realidade estabelecida com a *problem solving theory*, a teoria crítica observa como os parâmetros para a ação dos indivíduos mudam constantemente ao longo da história. A eternidade é uma afirmação ideológica, pela teoria crítica as *problem solving theories* são englobadas e explicadas/justificadas por atenderem interesses específicos de burguesias e estados nacionais em uma determinada configuração histórica. A teoria de resolução de problemas se diz neutra e é neutra sobre como metodologicamente trata os seus objetos de estudo, mas aceita a eternidade das instituições tratadas. Na visão da teoria crítica a *problem solving theory* é tida como ideologia. A teoria crítica não é desprovida de propósitos e objetivos, mas ela tem como ponto de partida a história, a mudança busca transcender a organização atual e busca mudar a atual configuração do mundo. A teoria crítica abre a possibilidade de optar por um ordenamento distinto. As duas vertentes teóricas influenciam no seu objeto de

estudo, o ordenamento do sistema internacional. A teoria de resolução de problemas através da conservação do mundo, enquanto a teoria crítica opta pela transformação da ordem vigente.

A introdução da divisão entre teoria crítica e teoria de resolução de problemas traz uma questão importante a tona, qual seria a metodologia dos internacionalistas críticos? O ponto de partida para tal empreendimento é para muitos, incluindo Cox, a economia política, ou seja, através da observação de como se dá a acumulação de mais-valia e os problemas derivados de tal processo. Contribuição de Marx, a crítica da economia política é a perspectiva que fundamenta como o teórico percebe a organização da sociedade, mas assim como a teoria crítica Frankfurtiana busca extrapolar a crítica econômica, autores internacionalistas críticos buscaram desenvolver os seus próprios critérios para realizar a crítica partindo da superestrutura. Oliveira (2018) identifica a transcendência imanente como sendo uma possível solução encontrada pela teoria crítica para lidar com a prática. A transcendência imanente afirma que apesar de a razão ser específica de uma ordem e tempo, ela transcende a própria sociedade que a gerou. Haveria sempre uma tensão entre as ideias e a sua realização que avançaria o processo histórico. A teoria crítica internacionalista partiria então de dois pontos, identificar a diferença entre os ideais e a sua implementação e como ela pode ser feita de maneira mais eficiente. A crítica buscaria a transformação a partir da própria ordem estabelecida. Devemos notar que ao longo do trabalho decidimos usar apenas dois nomes para descrever o mainstream do campo teórico das relações internacionais, a perspectiva realista e a liberal. Apesar de as duas correntes teóricas conterem diversas subdivisões, analisamos aqui apenas os seus pressupostos gerais, justificando a aglomeração das diversas subdivisões em apenas duas categorias.

2.3 O CARÁTER NORMATIVO DA PERSPECTIVA REALISTA E LIBERAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cox menciona como a teoria realista das relações internacionais que partia de pressupostos históricos para o comportamento dos estados, ao ser interpretada novamente por seu expoente Kenneth Waltz sendo chamada então de Neo-realismo, se limita a descrever a história através das contingências impostas ao estado pela anarquia no sistema internacional (COX, 1981). O processo de abandono da análise histórica por parte do realismo, ao adotar ferramentas metodológicas positivistas ao longo do século XX, compõe a gênese do que chamamos hoje em dia de neo realismo. A análise histórica para definir como as condições no sistema internacional são estabelecidas e mudam é deixada de lado, o uso da história se converte então em um aglomerado de exemplos intercambiáveis que tem como propósito ilustrar características supostamente essenciais do relacionamento entre estados.

O realismo nega que existe uma confluência total entre os valores universais e a sobrevivência da unidade estatal. Não existem consensos que podem unir indefinidamente as unidades estatais em alianças estáveis, inevitavelmente, as necessidades de cada estado forçam que o agente adote políticas que visem a autopreservação, rompendo o consenso. A busca constante pela autopreservação no cenário de anarquia internacional forma o balanço de poder, que é, segundo os realistas, a situação ideal. Situação onde os conflitos são diminuídos e as condições para que cada estado garanta a sua sobrevivência estão postas da melhor maneira.

A Segunda grande corrente das relações internacionais, a perspectiva liberal, parte de que a construção de uma ordem internacional liberal traz benefícios para todos os envolvidos. Afirmando de que valores compartilhados podem resultar na construção de uma ordem estável, a escolha racional dos atores seria aderirem à ordem internacional liberal. A superação da insegurança da anarquia e o estreitamento dos laços interestatais seria a melhor opção a ser seguida.

Linklater (1990) destaca como a perspectiva liberal tem um caráter normativo ao buscar defender e legitimar o sistema internacional vigente. A

perspectiva liberal defende que deve haver um consenso compartilhado entre os atores para a criação de laços comuns, sendo eles tradicionalmente apoiados no modelo da democracia liberal e uma economia aberta de livre mercado. A paz como uma construção coletiva possível, em vez do equilíbrio da balança de poder, é o objetivo da ordem liberal, a paz pode ser mantida se os atores aderem e incentivam os valores da paz, os valores liberais.

Um ponto a se destacar na perspectiva liberal é que ele impõe o seu carácter normativo em um ponto distinto que o realista. No realismo estatal temos as restrições impostas aos estados pelo sistema anárquico como a qualidade que define o comportamento dos agentes de maneira atemporal. Já na perspectiva liberal, temos a imposição de valores e regras específicas de uma economia capitalista como sendo o caminho para a construção de uma ordem social conjunta. A relação estabelecida é que uma ordem internacional pacífica é estabelecida da melhor maneira se os seus participantes são democráticos e adotam os valores ocidentais. Abordaremos melhor esse tema no capítulo seguinte. Devemos destacar que a perspectiva liberal evita o determinismo realista sobre uma ordem anárquica, e reconhece que o processo de construção de uma ordem, ou seja a mudança, é um objetivo a ser alcançado, apesar de ela ser uma ordem baseada em valores específicos que reproduzem interesses de agentes já estabelecidos no sistema internacional.

2.4 O PAPEL DAS IDEIAS EM COX

Cox ao transpor o conceito de Hegemonia para o cenário internacional divide a composição de uma ordem hegemônica em três componentes. As capacidades materiais, as ideias e as instituições. Através da metodologia do materialismo histórico, Cox dá destaque para a esfera da produção e como ela tem um papel central para a organização de sociedades nacionais e a ordem internacional. Pela sua influência gramsciana, Cox reconhece que uma hegemonia é formada pela

combinação dos três componentes, sendo as organizações internacionais e ideias, fundamentais para que o consenso necessário de uma hegemonia seja formado.

Ele divide as ideias em duas categorias, a de significados intersubjetivos e as imagens coletivas. Os significados intersubjetivos são as ideias que servem como base para o comportamento dos agentes na esfera internacional, elas são as regras e maneiras de comportamento entre as nações. A aceitação do dólar como moeda internacional, o livre comércio e a democracia liberal podem ser descritos como as ideias intersubjetivas que fundamentam o ordenamento internacional. O segundo tipo de ideias, as imagens coletivas, ocupa uma posição secundária, elas são as diferentes percepções dos agentes dentro dos parâmetros estabelecidos pelas ideias intersubjetivas. Elas podem ser variadas e conflitantes, mas partem de pressupostos e valores compartilhados. Elas são os acordos comerciais estabelecidos entre as nações, os espaços de debates multilaterais e a disputa pela liderança na ordem internacional. Metaforicamente podemos definir as ideias intersubjetivas como as regras do jogo e as imagens coletivas como a estratégia de disputa e cooperação adotada pelos jogadores.

Cox destaca o papel que as organizações internacionais têm de reforço em uma ordem estabelecida. Elas são a expressão da hegemonia internacional, sendo materialmente sustentadas pelos atores, para propagar ideias e comportamentos que reproduzem o consenso. As instituições partem de valores e regimes, ideias intersubjetivas, para criar um espaço onde o consenso pode ser formado. As organizações internacionais disponibilizam canais para diálogo e disputas entre os países, possibilitando que a predominância de uma imagem coletiva, ou os atritos entre diferentes imagens coletivas, possam ser resolvidos dentro da ordem estabelecida.

Cox destaca as organizações internacionais como as instituições de hegemonia onde as ideologias são propagadas. O seu papel hegemônico é exercido de cinco maneiras diferentes: (i) as instituições propagam regras que facilitam a

expansão de agentes hegemônicos (ii) elas são em si o produto de uma ordem mundial hegemônica (iii) elas legitimam ideologicamente as normas de uma ordem mundial (iv) elas cooptam elites de países periféricos e (v) elas absorvem ideias contra-hegemônicas (COX, 1981).

Instituições estão para formar o consenso, elas intermediam as pressões internas de um país com as necessidades de uma economia global. As instituições buscam assegurar um comportamento e prática de estados nacionais que se adequam ao ordenamento estabelecido pelas forças hegemônicas. Os interesses específicos de um grupo ou força social são então universalizados através de sua institucionalização. Segundo Cox, as instituições são o local de divulgação daquelas ideias que atendem a interesses específicos, mas se apresentam como universais.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo recém exposto observamos como a teoria crítica se manifesta nas relações internacionais, mais especificamente, como foi feita a sua formulação por Robert W. Cox. Reconhecemos que a teoria tradicional e o seu equivalente nas relações internacionais, a teoria de resolução de problemas, tem um papel ativo na reprodução da ordem estabelecida. As críticas feitas aos aspectos normativos das principais correntes teóricas internacionalistas salientam tal questão. A importância das ideias para a formação do consenso hegemônico na obra de Robert W. Cox mostra a função que elas ocupam para a reprodução do ordenamento internacional como ele é. Buscamos aqui pensar sobre as questões teóricas que a perspectiva crítica traz consigo, sobre a problematização do ato de fazer teoria e o papel das ideias no mundo. No seguinte capítulo vamos observar como a reprodução das ideias se dá na prática.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No seguinte capítulo buscamos entender na prática qual é o papel da produção científica nas relações internacionais para a manutenção do ordenamento internacional estabelecido. De tal maneira, vamos ao longo do capítulo levantando questões que buscam gradativamente delimitar o tema abordado neste trabalho. Começamos usando Wallerstein para entender o papel da produção científica no presente. Gramsci e Cox para comentar a função dos intelectuais em tal processo e, por fim, trazer as considerações de Perry Anderson para entender a produção científica de relações internacionais nos Estados Unidos. Se no capítulo passado buscamos entender os temas a serem abordados por uma fundamentação teórica, agora visamos contextualizá-los na prática. Após contextualizar a questão, vamos invocar categorias de análise metodológicas para analisarmos o objeto de estudo deste trabalho, o livro “To Lead The World”, buscando evidenciar as questões debatidas ao longo do trabalho.

Segundo Davies (2014) apesar de a canônica frase de Cox “teoria sempre serve a alguém e a algum propósito” reconhecer as implicações sociais e políticas na produção das teorias no campo internacionalista, as consequências de tal afirmação estão ausentes da sua obra. A intenção aqui é, apesar de maneira introdutória, levar a frente tais implicações. Uma característica da Teoria crítica internacionalista que parece ser herdada pelo seu pai fundador é a dissociação entre a corrente neogramsciana e uma análise sobre os discursos legitimadores no cenário internacional. Que são mencionados, mas não examinados.

O esforço de Cox em utilizar os escritos teóricos de Antonio Gramsci sobre a formação da hegemonia nacional para a esfera do internacional consiste no momento inicial do qual a corrente crítica internacionalista parte. Na adaptação do pensamento de Gramsci para a questão internacional, no entanto, um ponto central de sua obra foi abandonado, o aspecto do consenso na formação da hegemonia.

Embora ele esteja presente nos escritos de Cox, a ideia do consenso, de fato, perde a sua centralidade. Segundo Perry Anderson (1976) em Gramsci, as teorias marxistas tradicionais não explicavam a sociedade capitalista moderna que estava em desenvolvimento no início do século XX, a onda revolucionária que derrubou o império czarista não se espalhou ao longo da Europa, como era esperado pelos comunistas da época. O movimento comunista não se deparava com uma sociedade tradicional com instituições frágeis como na Rússia, mas com sociedades capitalistas desenvolvidas onde instituições e intelectuais orgânicos criam uma nova configuração social, a hegemonia. Onde a aceitação da ordem estabelecida, e não mais a coerção, é o principal ponto de manutenção dela mesma. Cox, ao identificar o período entre 1845 e 1875 como o de uma hegemonia britânica (COX, 1987), revela como o consenso toma papel secundário na sua definição de hegemonia. A superioridade da Inglaterra no período destacado é explicada por Hobsbawm (2012, p.91): “por meio século depois da derrota de Napoleão, apenas um país era essencialmente industrial e capitalista, dispondo de uma genuína política global, isto é, uma armada global: a Inglaterra”. Cox usa o termo hegemonia para descrever um cenário onde as nações capitalistas ainda não estavam plenamente desenvolvidas e a sua principal ferramenta para a política externa era a força militar. Hegemonia, termo criado pelo autor sardenho para descrever a configuração que uma sociedade capitalista moderna, toma outro significado ao ser usado por Cox. A teoria crítica internacionalista reconhece a não neutralidade da ciência, mas não examina o relacionamento das ideias com as suas condições concretas ou práticas.

A intenção deste capítulo é trazer de maneira breve e introdutória conceitos e categorias de análise para conseguir analisar a produção ideológica no campo teórico das relações internacionais. A intenção aqui é fazer um debate introdutório sobre cada um dos conceitos e seus autores, não buscamos trazer conceitos fechados e completos, mas invocar ferramentas teóricas de diferentes autores para

auxiliar uma análise. Como pano de fundo para entender o tema, levantaremos quatro pontos que buscamos observar:

1. A forma que o discurso do poder assume na esfera internacional:
Universalismo científico.
2. O intelectual orgânico.
3. A produção de Ciência em Cox.
4. O Acadêmico de relações internacionais.

Após isso vamos estabelecer uma metodologia, para fazer uma análise crítica de um produto gerado por representantes intelectuais da ordem dominante. Estabelecer critérios para poder realizar uma leitura de premissas e afirmações implícitas em um texto que lida com a questão do internacional.

3.1 A FORMA QUE O DISCURSO DO PODER ASSUME NA ESFERA INTERNACIONAL: UNIVERSALISMO CIENTÍFICO

Wallerstein, como um dos autores fundamentais da perspectiva sistema-mundista, é um dos principais críticos da globalização capitalista, analisando as distintas formas que o sistema mundo vem tomando. Em sua análise são sempre apontadas as continuidades entre as diferentes fases da economia sistema mundo e o seu funcionamento. Wallerstein analisa as distintas formas discursivas que a retórica do poder tomou ao longo da história. O conceito que define o discurso das nações poderosas é o do universalismo Europeu. Segundo Wallerstein, o universalismo Europeu é a retórica das nações líderes do mundo europeu, e estadunidense na história mais recente, propagado por intelectuais e representantes da ordem. Tal retórica sempre apela para ideias universais apesar de eles representarem interesses específicos das nações ocidentais (WALLERSTEIN, 2007). O universalismo, apesar das múltiplas formas que assumiu, sempre divide de maneira clara aqueles que têm autonomia e o dever de dominar e aqueles que

devem ser subjugados. O autor toma como ponto de partida a questão do direito pela autodeterminação e como ele foi constantemente negado pelo universalismo europeu. O universalismo europeu seria o discurso que acompanha a expansão do sistema mundo, é o discurso da civilização, da modernidade. Ele é a justificativa, teológica, moral e científica que justifica o porquê de alguns dominarem.

Através de uma perspectiva da longa duração, Wallerstein descreve a Gênese do discurso da dominação nas primeiras expansões coloniais ibéricas, que assume então o formato teológico. O catolicismo tem a missão de espalhar a palavra divina aos povos hereges. Na época do Imperialismo moderno britânico a missão tem uma nova roupagem com ideias iluministas, modernizar os bárbaros e não brancos. No atual sistema mundo moderno a missão civilizatória assume o caráter de defesa dos direitos humanos para aqueles que não têm nas suas culturas ou sociedades os valores democráticos. Não é difícil ver a sombra e herança que cada uma das formas do universalismo europeu tem em relação à outra. No discurso do universalismo europeu apenas as nações com as tradições do mundo ocidental seriam os atores capazes de trazer a modernidade aos povos primitivos, e seria a obrigação moral dos países desenvolvidos inserir o restante do mundo na economia capitalista global (WALLERSTEIN, 2007).

Durante o decorrer dos longos ciclos de tempo no qual a economia sistema-mundo trabalhar é interessante notar um ponto essencial. A natureza dos argumentos que justificavam a dominação, se distanciava cada vez mais dos céus para irem em direção a terra. Com cada nova roupagem que a retórica do poder assume, ela vai deixando seus argumentos teológicos e pseudocientíficos como o racismo e assumindo características de filosofias e práticas seculares, como a visão científica moderna. O argumento que sempre partia de uma distinção fundamental entre o civilizado e o “outro”, toma o seu formato moderno científico quando dissolve tal distinção. Ela se torna Científica ao deixar de lado os essencialismos. Explicamos a seguir.

O Orientalismo como campo da ciência para estudar “os outros” desfrutou de ampla aceitação como método no ocidente para entender o oriente, apenas após 1945 que se inicia a crítica de tal perspectiva como uma romantização com consequências brutais sobre os não ocidentais (WALLERSTEIN, 2007). O seu carácter não científico é evidente no tempo presente, mas críticas feitas ao Orientalismo podem ser feitas também a ciência moderna, de que ela não é neutra, que ela é carregada de valores ocidentais e apresenta os interesses dos dominadores. Apesar de serem todas críticas válidas, nenhuma delas captura o que diferencia as abordagens científicas modernas que apoiam as estruturas de poder das afirmações pseudocientíficas do orientalismo. O Orientalismo durante o seu tempo de auge era uma retórica do poder, ou seja, uma forma de universalismo europeu, que foi substituída pelo discurso do universalismo científico (WALLERSTEIN, 2007).

Todas as retóricas pelo poder, de origem divina ou terrena sempre diferenciavam os civilizados dos bárbaros. O orientalismo buscava o que era a essência oriental no outro, com o advento do universalismo científico, temos pela primeira vez um discurso no qual todos os agentes são formalmente iguais. Tal processo de secularização do discurso de dominação é descrito segundo Wallerstein (2007, p.86):

De onde veio o universalismo científico? O discurso do universalismo europeu sempre foi sobre certezas. No sistema-mundo moderno, a base teológica original da certeza sofreu um severo questionamento. E embora muitos tivessem uma visão dos valores universais baseada na verdade revelada pelos deuses, para outros - principalmente entre as elites sociais e intelectuais - os deuses foram substituídos por novas fontes de certeza. O discurso do Orientalismo tratava da certeza de particulares essencialistas - como se é persa, como se é “moderno”. Mas quando esse discurso foi rejeitado como meramente subjetivo e portanto, passível de questionamento (não mais certo), pôde ser substituído pelas certezas da ciência, encarnadas nas premissas newtonianas de linearidade, determinismo e reversibilidade temporal. Em termos culturais e políticas, isso foi traduzido pelos pensadores do Iluminismo

como as certezas do progresso, principalmente o progresso do conhecimento científico e de suas aplicações tecnológicas.

O Complexo da produção científica para Wallerstein é um fato importante no formato moderno que o universalismo europeu assumiu, o universalismo científico. Ele prontamente destaca o papel que as estruturas do saber têm na reprodução e expansão do sistema-mundo. O universalismo científico pode deixar o orientalismo com suas afirmações essencialistas para trás, e explorar as virtudes da dominação através do empirismo e o estabelecimento de regras universais (WALLERSTEIN, 2007). A dominação dos poderosos sempre possuiu o monopólio da verdade, seja por argumentos divinos seja por argumentos científicos. Apenas pelo positivismo e os métodos de investigação científicos que as verdades universais oferecidas pela ciência poderiam ser conhecidas. Uma ciência sem valores que está desligada de seu meio político, onde a neutralidade dos fatos nos levariam a verdade.

Wallerstein termina seu livro considerando o papel essencial que o Intelectual tem para a manutenção ou transformação dessa ordem. Sua análise sobre a retórica do poder no campo internacional parte de um ponto completamente distinto do que supostamente seria o início de uma sociedade capitalista moderna e o começo de uma Hegemonia consensual. Wallerstein busca através de sua análise observar a continuidade e transformação nos argumentos legitimadores da ordem mundial, a igreja antiga e a universidade moderna, ambas instituições que contribuíram para a dominação.

O Consenso em Wallerstein não tem um carácter distintivo, o importante foi observar as conclusões sobre o discurso do poder no mundo moderno, feitas pelo autor, e a sua contribuição para este trabalho. Identificamos como o discurso científico é um participante ativo na retórica moderna que legitima a dominação no sistema internacional.

3.2 O INTELLECTUAL ORGÂNICO

Em Gramsci, o papel do Intelectual é central, formalmente o responsável pelo consenso. Aquele que molda e dá forma aos discursos que são a base do consenso. Devemos destacar que a palavra não se limita ao seu uso tradicional de Intelectual, ela define indivíduos com capacidades organizadoras na sociedade. Em primeiro momento vem à mente o intelectual clássico, o organizador e formulador de ideias. Mas o termo é abrangente, burocratas, grandes capitalistas, diretores de organizações privadas também estão inclusos na categoria.

O Intelectual não é um agente em contato com o mundo das ideias puras, mas um articulador de interesses da classe que ele representa. Segundo Gramsci (2000, p.1513) todo grupo social “por nascer na base originária de uma função social essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico”. Representantes de uma classe, os intelectuais moldam o consenso. O debate sobre a Intelectualidade Orgânica é profundo, temos aqui a intenção de trazer o conceito para mencioná-lo e não debatê-lo, apesar do intelectual orgânico ter um papel na formação da ordem, a originalidade da obra de Gramsci foi observar a própria dinâmica que a dimensão superestrutural de uma sociedade capitalista têm. Artistas e administrados devem ser interpretados através do meio social no qual estão inseridos. A multiplicidade de grupos e seus intelectuais, os seus debates e divergências são um ponto que definem a expressão da sociedade capitalista moderna, o consenso no mundo é formado pelos múltiplos grupos que formam o bloco histórico. A dinâmica própria da superestrutura não possibilita que possamos classificar pensamentos apenas como dois, burgueses ou proletários.

A imagem do pensador desligado de seu entorno, que através do poder da reflexão chega a conclusões e verdades, não reflete a função que o intelectual detém no mundo em que vivemos. Gramsci busca entender os intelectuais como os

mais eloquentes formuladores dos interesses de uma classe (GRAMSCI, 2000). O estereótipo dados aos intelectuais, de etéreos e afastados de pequenas preocupações mundanas, oculta as suas funções. Devemos interpretar as ideias em seus contextos e em relação aos interesses que elas buscam defender.

3.3. A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA EM COX

Ao lidar com tema de produção de ciência, Cox opina sobre como a produção de ciência está correlata a interesses materiais, o empreendimento científico não está atrás de verdades científicas, mas de reproduzir uma ordem específica. Recursos e notoriedade estão vinculados ao uso que o empreendimento científico tem na ordem social. Cox destaca como tal prática tem um papel na formação de consenso, onde a ciência extravasa os limites da academia e influência, servindo como guia de ação para os tomadores de decisão no mundo político. A produção de conhecimento então estaria organizada como a produção de mercadorias ou outros serviços, os recursos materiais para financiar pesquisadores e pesquisas estão relacionados a credores, e o objetivo de tais pesquisas estariam definidos por tais interesses (COX, 1979). No campo teórico das relações internacionais é uma prática comum de indivíduos da academia, e de aqueles que ocupam posições dentro do estado na formulação de políticas com o exterior, trocarem de posição, e muitas vezes, serem representantes legítimos de ambas instituições. Cox descreve de maneira simples o papel da intelectualidade orgânica, neste caso descrevendo a conexão entre a intelectualidade acadêmica e a ordem material vigente, na formação de consenso no campo das relações internacionais.

Ao abordar o tema novamente, após mais de uma década, percebemos uma mudança sobre como o autor encara o problema. Ao se destacar com a introdução do materialismo histórico no campo teórico formal das relações internacionais, o foco materialista na obra de Cox vai sendo abrandado com o passar dos anos. Como é

usual para qualquer pessoa, as ideias e opiniões mudam com o passar do tempo. A questão de como as condições materiais moldam o ato de fazer ciência, como uma tradição ou ortodoxia no campo teórico corresponde a interesses materiais, é deixado de lado. O foco material é substituído por uma análise social de como as convenções são formadas. Tais tendências são aparentes quando ele comenta sobre Susan Strange e como ela ocupa uma posição fora do *mainstream* teórico. Sendo que a aceitação de uma abordagem heterodoxa não é relacionada com os interesses materiais em jogo, mas se ela agrada ao *establishment* teórico estabelecido. Ele divide acadêmicos em dois grupos, como os *loners* (Cox e Sinclair, 1996 p. 178, tradução nossa) “O loner não se encaixa em nenhuma categoria predefinida, ele não se define por nenhuma classificação como esquerda e direita, ele não é facilmente assimilado por escolas ou seitas”². A afirmação de que um pensador não se encaixa na direita ou esquerda do espectro político é bastante curiosa, então a sua exclusão do *mainstream*, independente da dimensão política de sua teoria, mas é definida por não se enquadrar em convenções teóricas pré estabelecidas. O segundo grupo de pensadores seria formado pelos “*groupies*”. Cox descreve suas práticas como aqueles que seguem os discursos estabelecidos, que abordam as questões reconhecidas como relevantes pela comunidade acadêmica. O processo de ensino reproduz as convenções já estabelecidas, assim reforçando e trazendo novos adeptos aos grupos acadêmicos estabelecidos, os “*groupies*”.

Vemos uma clara mudança de foco na sua análise, os critérios de aceite de uma determinada linha de pensamento era explicada por quão bem ela atendia interesses para a reprodução da ordem material. A nova perspectiva de Cox define o campo da intelectualidade como um “clube” onde apenas membros que buscam seguir as regras estabelecidas são aceitos. O processo de qualificação, antes definido pela questão material, é substituído por regras específicas que cada clube intelectual define.

² Texto original: “The loner does not fit into any predefined category, does not fit in conventional classifications like left and right, is not easily assimilated to any school or sect”

A formação das principais correntes de pensamento são definidas por uma dinâmica própria, explicitada pelo mundo acadêmico. *Groupies* não são mais os representantes diretos de interesses materiais, apesar de eventualmente poderem assumir o papel de intelectuais orgânicos, mas “clubes” que monopolizam o que é atestado como trabalho científico/intelectual válido. Metaforicamente, em tal perspectiva a dimensão política do problema é deixada de lado, criando um cenário de disputa feito por partidos, no qual um ocupa a posição e outro a oposição, independente de qual seria a posição do partido no espectro político.

3.4 O ACADÊMICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Benjamin Cohen (2008) ao debater sobre o surgimento da economia política internacional como campo de estudos, em seu livro “International Political Economy: An intellectual History”, destaca o importante papel que a institucionalização tem para o fomento da ciência. A propagação de ideias não se dá unicamente por um impulso próprio, mas requer investimento material. Historicamente observamos paralelos entre a formulação de teorias de relações internacionais e a sua praticidade, o exemplo mais evidente é a predominância do realismo no tensionado cenário internacional da Guerra-fria.

A política externa dos Estados Unidos desde o seu início foi expansiva, ela se inicia com a aquisição do próprio território que forma hoje os Estados Unidos. A colonização de seu próprio território com a grande marcha para o oeste, se apoiava no mito fundador do Destino Manifesto, ideologia sobre a qual vemos ecos na política externa estadunidense contemporânea (ANDERSON, 2015). A tendência expansiva dos Estados Unidos, como qualquer observador pode constatar, não mudou. O universalismo científico também toma forma nos Estados Unidos, apesar de os argumentos iluministas e religiosos do destino manifesto terem sido deixados de lado como discurso oficial, encontramos vestígios de seu pensamento em cientistas contemporâneos no aparelho intelectual norte-americano.

A produção científica de intelectuais orgânicos sobre o cenário internacional é descrita por Perry Anderson como uma rede de agentes que têm representantes na burocracia, academia, fundações, *think tanks*³ e mídia. As posições dos indivíduos nas organizações governamentais ou acadêmicas são facilmente intercambiáveis entre si (ANDERSON, 2015). A definição gramsciana de intelectual orgânico encontra aqui um exemplo claro. A clássica afirmação sobre o distanciamento entre o sujeito e seu objeto de pesquisa, a neutralidade na análise, é contrastada com a clara proximidade entre os teóricos e os formuladores de política externa.

As relações internacionais como ciência tem um percurso próprio, o advento do positivismo nas ciências humanas e a sua consequente afirmação de partir da neutralidade com o objetivo de atingir a verdade, é contrastado pelo carácter consultivo que as relações internacionais preservaram durante o desenvolvimento de seu campo. Perry Anderson descreve como a disciplina de relações internacionais tem um ambiente menos restrito para expressar as suas formulações que as outras ciências, segundo o autor isso se dá porque no campo da política externa temos o diálogo entre dois grupos específicos, os detentores de cargos governamentais na arena da política internacional e o público instruído que busca formular conselhos para os formuladores de política (ANDERSON, 2015).

A suposta neutralidade pelos métodos científicos é aqui deixada de lado, interesses e valores são defendidos, e afirmados de maneira clara. No campo das relações internacionais vemos como as imposições do método positivista, a limitação aos fatos, tão criticada por Cox, é abrandada se comparado a outros campos das ciências humanas. O campo formal das relações internacionais desde o seu surgimento sempre teve como preocupação demandas práticas, sendo a inicial evitar outro conflito em escala mundial e preservar a paz. Apesar de as críticas feitas por Cox pela ausência de alternativas históricas impostas pelo positivismo, parece que no seu curto período de existência, o campo formal das relações internacionais

3 Think Tanks: espaço de conjunto de pensadores sobre um assunto específico, com o propósito de produzir estudos, opiniões e divulgá-las.

ainda não se livrou de fortes influências utópicas, como definidas por Carr em seu “Vinte anos de Crise”. Característica atribuída a ciências imaturas, ainda muito enredadas com questões idealistas e afastadas da análise científica. A imaginação de pensamento, defendida por aqueles que buscam pluralismo e interpretações heterodoxas, é vista com preocupação, quando exercida pelos intelectuais orgânicos da política externa estadunidense. Segundo Anderson (2015, p.140):

Nessa enorme zona de ação em potencial, a imaginação consultiva pode vagar - até mesmo desenfrear-se - com uma liberdade impossível em casa. Quaisquer que sejam os resultados, naturalmente variados, não há nenhuma dúvida da maior energia intelectual que a política externa atrai no mundo do pensamento de Washington e sua penumbra.

3.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Com o propósito de analisar um texto de relações internacionais por uma visão crítica, vamos estabelecer alguns critérios que podem nos ajudar em tal esforço. A intenção aqui é se atentar a temas estruturantes de uma interpretação sobre o internacional, discutir premissas que normalmente são consideradas como fatores naturais e subentendidos sobre o sistema e agentes internacionais. Ao buscar o que se esconde por trás do discurso científico, os interesses práticos e materiais que norteiam o texto, entendemos melhor a posição que o intelectual ocupa na manutenção da ordem social.

Se os esforços anteriores deste trabalho trataram sobre como não existem ferramentas na Teoria Crítica internacionalista, pelo menos na visão coxiana, para fazer uma análise ideológica do cenário internacional presente e buscar entender melhor como a retórica do poder no cenário internacional, e sobre o cenário internacional, é exercida no mundo material, agora vamos estabelecer alguns simples categorias para se atentar ao caráter ideológico de um texto. O discurso científico como instrumento de poder já foi debatido aqui, mas na própria maneira

em que se lida com o objeto, nenhuma metodologia é neutra. Vamos dividir a nossa análise do texto em cinco temas ou categorias distintas:

(i) Tradição teórica: Identificar a qual corrente teórica das Relações Internacionais o objeto analisado se aproxima, analisando suas questões epistemológicas sobre agentes, estado e mercado. A classificação do objeto em alguma das correntes tradicionais do campo usa os mesmos pontos utilizados na diferenciação entre as próprias escolas. Nos adentrando no tema, encontraremos em sua maioria representantes das duas grandes correntes do *mainstream*. Como vimos ao ler a obra de Robert W. Cox a tarefa de rotulação de um autor pode ser capciosa, mas serve como atalho compreender onde, nos debates entre as distintas correntes, um autor se encontra. O eterno debate entre realistas e liberais mostra a pluralidade de interpretações que visam perpetuar a ordem, e quais dentre todas as interações entre os agentes sociais são as definitivas para se analisar o internacional segundo cada intérprete. Incluir as influências e tradições de cada autor ajuda a definir o ponto teórico do qual parte o autor analisado.

(ii) Ontologia e epistemologia: Analisar a metodologia utilizada no texto ou sobre qual lógica se dá a organização dos fatos constatados e como os agentes são interpretados. A ontologia consiste nas características essenciais, formativas, do mundo e seus agentes. A epistemologia remete a maneira, ou metodologia, que utilizaremos para estudar o objeto que tem o seu perfil definido pela ontologia (COHEN, 2008). A presença do método positivista e a modelagem matemática na academia internacionalista estadunidense são uma constante em tal seção. Neste aspecto podemos observar a interpretação realista clássica do estadocentrismo em contraposição com a multiplicidade de agentes no liberalismo (HALLIDAY, 2007). Aqui, novamente, entra em foco quais dentre todos são os fatores tidos como determinantes para se entender a dinâmica do internacional, mas especificamente qual é a maneira de se lidar com o objeto analisado. Como discutimos anteriormente, o positivismo ou uma interpretação utilitarista da história como

definida por Cox (Cox e Sinclair, 1996) limita as afirmações a serem realizadas sobre o objeto de estudo.

(iii) Racionalidade presumida: Ao entender as motivações, ou qual a racionalidade dos agentes e processos, como ponto fundamental de tal parâmetro, temos quão relevante é a racionalidade econômica, ou razão instrumental como é definida por Horkheimer (2015), para explicar a natureza dos agentes. O interesse ou a autopreservação são o objetivo de todo agente, é importante notar sobre quais agentes é dado o direito de ser razoável. Uma maneira fácil de ilustrar tal ponto é se a razão de estado ou a razão econômica define o comportamento dos atores envolvidos (HALLIDAY, 2007). O mercado ou estado como locais antagônicos ou complementares mostra qual é a racionalidade usada, e quem são os atores que fazem uso da razão.

(iv) Caracterização da hegemonia: Observar a questão da hegemonia no texto, sendo a explicação de sua formação e existência ou inexistência elucidativa sobre o posicionamento assumido. As constatações feitas sobre os efeitos do papel hegemônico no sistema e agentes nos ajuda a compreender quão necessária é, para os autores, que uma liderança seja exercida. Podemos observar como tal ponto tem distintas interpretações, ao contrastar a visão de hegemonia exposta anteriormente no trabalho com algumas das interpretações da “Hegemonic Stability Theory”, ao afirmar que a superioridade de algum ator não se dá apenas pelos seus próprios interesses, ou porque ela é benéfica, mas porque ela é uma necessidade para a manutenção de uma ordem estruturante para todos os envolvidos. Novamente vem de bom uso os comentários de Cox sobre afirmações políticas com caráter científico que se apresentam como necessidades históricas.

(v) Conselho: A tendência do cientista e intelectual em se entender como desligado de sua realidade social e sujeito não interveniente na sua própria análise é uma constante na ciência que entende seu esforço analítico como uma interpretação neutra dos fatos (GRAMSCI, 2000). A ciência positivista se atenta na descrição do

objeto, desconsiderando o aspecto negativo que o rodeia, assim reproduzindo o mundo como ele é. Ela rejeita seus aspectos prescritivos na ordem social. Já o campo acadêmico formal das Relações Internacionais ao longo de seu desenvolvimento manteve em aberto o seu caráter interveniente na realidade. Como é destacado por Perry Anderson (2015) as análises sobre o cenário internacional têm uso consultivo para os formuladores da política externa Estadunidense. A última categoria estabelecida para a análise é se atentar à dimensão de conselho inserido nos textos a serem analisados. Em outras palavras, é analisar o aspecto normativo dos estudos sobre o cenário internacional. Se em todas as outras categorias estávamos tentando buscar as afirmações implícitas nas análises científicas sobre o internacional, o aspecto do conselho é a conclusão feita pelo cientista após a sua interpretação científica da realidade.

Com os critérios ou categorias de análise que destacamos aqui, vamos fazer, de uma maneira introdutória, uma leitura buscando nos atentar sobre os aspectos ideológicos que estão imbuídos em um texto sobre o internacional. Separar alguns aspectos predefinidos é obviamente uma maneira de limitar a leitura, mas também de sistematizá-la para retirar conclusões gerais, e também um ponto por onde começar.

SÍNTESE DO CAPÍTULO:

Neste capítulo buscamos uma maneira para localizar os temas abordados por este trabalho em um ambiente prático. Observar a tensão entre os valores que se dizem universais mas atendem a interesses particulares. O universalismo científico mostra qual é o papel da ciência, propagadora de valores universais, para a legitimação das ações que buscam passar pela autodeterminação de nações que não formam o núcleo dos países considerados desenvolvidos. A retórica dos poderosos adota diferentes roupagens ao longo dos séculos, e no presente ela é secular e científica. As atividades realizadas por intelectuais e cientistas se

encontram dentro de tal processo, o que é interpretado como conhecimento neutro na verdade articula interesses de segmentos específicos. O desenvolvimento do campo teórico das relações internacionais traz a tona tais questões, os intelectuais de tal área dialogam diretamente com os formuladores de política, buscando atender a seus interesses. Por fim, levantamos algumas ferramentas metodológicas para se analisar o objeto de estudo, a obra "To Lead The World". Buscamos através delas evidenciar como os temas debatidos ao longo do trabalho se manifestam em uma obra específica.

4 UMA ANÁLISE DE “TO LEAD THE WORLD: AMERICAN STRATEGY AFTER THE BUSH DOCTRINE”

No seguinte capítulo a questão principal a ser tratada é abordar o nosso objeto de estudo com os critérios que estabelecemos anteriormente. Mas antes disso vamos contextualizar a obra. Comentando sobre a política externa do Governo George W. Bush, que é o cenário de qual todos os autores partem, identificando os autores do livro e seus principais argumentos e comentando sobre a instituição financiadora e responsável pela confecção da obra. Através das ferramentas metodológicas estabelecidas, buscamos analisar criticamente os pressupostos semelhantes que os autores compartilham.

4.1 A DOCTRINA BUSH

A política externa dos Estados Unidos desde 11 de Setembro de 2001, com os atentados terroristas às torres gêmeas, até o fim do segundo mandato do presidente George W. Bush em janeiro de 2009 estava sendo guiada por uma série de políticas que conjuntamente eram chamadas de doutrina Bush. Os autores do livro “To Lead the World” lançado em 2008 dialogam diretamente com as políticas que estavam sendo implementadas na época. Vamos aqui contextualizar brevemente a questão.

Se identificam três pontos centrais que formam a doutrina Bush: (i) Responsabilizar nações por atividades terroristas que estiverem ocorrendo em seu território; (ii) Atacar possíveis ameaças antes que elas se materializem; (iii) Avançar os ideais Estadunidenses de liberdade e democracia ao redor do mundo (ANDERSON, 2015). Após o 11 de Setembro a administração Bush assume a guerra contra o terror como a sua principal preocupação no cenário internacional. Os Estados Unidos estariam em um combate direto com os agentes dispostos a destruir o mundo ocidental e os seus valores.

A doutrina Bush tem como principal característica a unilateralidade com que a política externa norte-americana começou a ser implementada. O combate ao terrorismo, principal atividade do governo Bush, se realizou fora dos espaços

multilaterais de debate internacional. Bush era cético em relação ao multilateralismo. Ele recusou a adesão a acordos multilaterais como o Tribunal Penal Internacional ou o Protocolo de Quioto (ANDERSON, 2015). A administração adotou ajustes estratégicos focados nos interesses nacionais de combate ao terrorismo em detrimento de objetivos conjuntos estabelecidos pelo sistema internacional.

As ações militares dos Estados Unidos feitas de maneira unilateral sem a necessária aprovação por parte de seus aliados, os países que formam órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Organização do Tratado do Atlântico Norte, são consideradas as ações mais ilustrativas do funcionamento da doutrina Bush (ANDERSON, 2015). Na qual aliados e acordos multilaterais eram desconsiderados pela busca do interesse nacional estadunidense.

4.2 OS AUTORES DO LIVRO

Nesta secção faremos uma curta descrição do livro e o seu conteúdo, para posteriormente analisarmos ele em mais profundidade. Ele é composto por nove artigos de autores distintos. Vamos aqui listar os autores, as instituições de ensino das quais eles são membros e professores, a problemática central de seu artigo e a solução oferecida. Cada artigo identifica uma questão como sendo a principal ameaça a Hegemonia Estadunidense e busca oferecer uma solução para os formuladores de política. Se enquadrando na *problem solving-theory* os artigos que compõem o livro buscam resolver o mesmo problema por ângulos diferentes, como recuperar a legitimidade que os Estados Unidos perderam ao longo da implementação da doutrina Bush. Lançado em 2008, no ano de eleições para presidente nos Estados Unidos, o livro buscar juntar recomendações de políticas internacionais para o próximo presidente eleito. Apresentamos a seguir os principais argumentos que montam o livro "To Lead the World: American Hegemony After the Bush Doctrine", seus autores e respectivas instituições de ensino:

Francis Fukuyama, professor na Universidade de John Hopkins, em seu artigo "Soft Talk, Big Stick" identifica como o maior problema contemporâneo os estados falidos e o crescimento das nações em desenvolvimento, ele recomenda que políticas sociais entre os estados sejam realizadas e se aumente a cooperação internacional (FUKUYAMA, 2008).

Robert Kagan, associado ao Carnegie Endowment for International Peace e colunista do Washington post, em seu artigo “End of Dreams, Return of History” identifica como problema a competição entre os países, as autocracias e o islamismo radical. Ele recomenda manter a dominância militar e estabelecer democracias em países radicais (KAGAN, 2008).

John Ikenberry, professor na universidade de Princeton, em seu artigo “Liberal Order Building” identifica a erosão do sistema internacional como o principal problema dos Estados Unidos. Ele recomenda políticas para restaurar a legitimidade do país e reconstruir as instituições internacionais (IKENBERRY, 2008).

David M. Kennedy, professor na universidade de Stanford University, “Two Concepts of Sovereignty” identifica como problema o desrespeito a soberania norte-americana, o governo deveria buscar restaurar a sua legitimidade através das instituições internacionais (KENNEDY, 2008).

James Kurth, professor na universidade de Swarthmore College, em seu artigo “Boss of Bosses” assume que a principal ameaça ao sistema internacional são as armas de destruição em massa nas mãos de atores terroristas. Para o autor uma coalização com outras grandes nações, como Rússia, China e Índia para combater movimentos terroristas, juntamente com ações de ajuda internacional, seria a melhor estratégia para enfrentar os inimigos da ordem internacional (KURTH, 2008).

Charles S. Maier, professor na universidade de Harvard, em seu artigo “Beyond Statecraft” aponta a desigualdade e a intolerância religiosa como principais problemas do sistema internacional. Para o autor apenas políticas de assistência internacional poderiam resolver a questão (MAIER, 2008).

Samantha Power, professora na universidade de Harvard, em seu artigo “Legitimacy and Competence” aponta o declínio da legitimidade entre seus aliados históricos e competência das políticas internacionais como o principal problema da hegemonia norte-americana. Ela recomenda que o direito internacional seja respeitado e políticas de cooperação internacional sejam implementadas (POWER, 2008).

Stephen Van Evera, professor no Massachusetts Institute of Technology, aponta em seu artigo “A Farewell to Geopolitics” como problemas as armas de destruição em massa e a questão climática, para o autor tais problemas apenas podem ser resolvidos com uma grande articulação internacional entre os países (EVERA, 2008).

Neil Fergusson, professor na universidade de Harvard, identifica em seu artigo “The problem with Conjecture” o problema como sendo o aumento do deficit norte-americano, instabilidade no oriente médio e a proliferação de armas nucleares. Ele propõe como política o abandono da doutrina Bush e reviver as instituições internacionais (FERGUSSON, 2008).

4.3 O MILLER CENTER

O Miller Center of Public Affairs, centro de pesquisa financiador do livro, é fundado em 1975 pelo filantropo Burket Miller, advogado vindo de uma família que historicamente esteve na burocracia de governos norte-americanos, Burket Miller estava (MILLER CENTER, 2019, tradução nossa) “Perturbado pelo rancor partidário que ele viu se desenvolver pela nação, Miller visionou um lugar onde líderes, acadêmicos, e a população poderiam se juntar para debater questões da nação, para assim encontrar soluções consensuais”⁴. Sendo financiado por recursos privados, o Miller Center é um dos principais *think tanks* de formulação de política externa norte-americana.

Desde a sua fundação, o centro Miller foi se especializando em uma única política pública, a política externa dos Estados Unidos. Uma característica que o centro toma para si é o seu posicionamento apartidário, o Miller Center afirma que o seu compromisso não é com interesses políticos internos, mas com as melhores políticas para a nação dos Estados Unidos. Ele se afirma como uma instituição da qual a burocracia governamental pode sempre confiar, na qual a busca pelos melhores interesses do estado norte-americano estão sempre garantidos, independente do governo que esteja ocupando a Casa Branca. Os teóricos e intérpretes não se diferenciam pela questão política interna. A intenção é informar da

4 Texto original: “Troubled by the partisan rancor he saw developing throughout the nation, Miller envisioned a place where leaders, scholars, and the public could come together for discussion grounded in history in order to find consensus solutions.”

melhor maneira seus líderes, em especial o presidente, para a tomada de ação Miller Center (2019, tradução nossa):

No Miller Center, nos esforçamos para esclarecer a história presidencial e política com precisão e justiça. Para esclarecer todas as maneiras pelas quais nossa democracia funciona - e todas as vezes que a América tem lutado por ela. Inspirar os líderes americanos com ideias imparciais, especialmente sobre a presidência, que promovem as instituições democráticas e o bem público.⁵

Em um cenário onde o diálogo racional parece cada vez mais distante do debate público, o Miller Center tem como objetivo trazer uma análise certa sobre o cenário internacional e sugerir o melhor plano de ação. O papel dos Estados Unidos no mundo é claro segundo o Miller Center, os Estados Unidos tem uma posição crucial na organização do mundo (MILLER CENTER, 2019).

Contrastando com a torre marfim, expressão pejorativa para descrever pesquisadores e instituições que estão desligadas de sua realidade social e empenhados em fúteis embates teóricos, a proximidade da intelectualidade orgânica norte-americana sobre política externa é clara. O centro realiza eventos nos quais buscam reunir acadêmicos, militares, burocratas e representantes da mídia. Tendo como foco incluir nas reuniões e debates realizados indivíduos com cargos oficiais na burocracia do estado norte-americano (MILLER CENTER, 2019).

As implicações práticas de esforços teóricos e científicos são explicitadas quando se trata do Miller Center, a influência do Miller Center é ampla, com seus pesquisadores intercambiando posições de ensino e pesquisa na universidade com cargos no governo e com uma aparição média diária de seus representantes em grandes aparatos de mídia norte-americana no ano de 2018, a organicidade do Miller Center na burocracia e sociedade é constatada. Os seus objetivos são claros,

⁵ Texto Original: At Miller Center, we strive to clarify presidential and political history with precision and fairness. To clarify all the ways our democracy works - and every time America has fought for it. Inspire American leaders with unbiased ideas, especially about the presidency, that promote democratic institutions and the public good

a intenção não é apenas realizar estudos acadêmicos, mas influenciar diretamente a realidade e os tomadores de decisão (MILLER CENTER, 2019).

A influência do Miller Center sobre a burocracia de política externa do Estado norte-americana é relevante. O centro busca medir o seu nível de influência contabilizando o número de debates realizados e a quantidade de burocratas presentes (MILLER CENTER, 2019) já que ela não é diretamente quantificável. Devemos notar os elogios feitos publicamente pelos ex-presidentes Jimmy Carter, George H.W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush aos serviços prestados pelo Miller Center à Casa Branca.

4.4 TRADIÇÃO TEÓRICA

A escola realista de relações internacionais é o ponto de partida para todos os autores, a sua avaliação sobre a possibilidade de alianças e regimes internacionais sempre parte com o objetivo de perpetuar a sua posição de nação líder. Nos textos analisados os paradigmas da escola realista são encontrados, o ponto de partida é sempre o Estado norte-americano e a existência do interesse nacional é sempre assumida, interesses de facções específicas podem existir dentro da sociedade, mas ela como um todo é apenas representada pelo interesse nacional. Apesar de alguns autores advogarem em maior ou menor medida pela manutenção da ordem internacional, todos eles o fazem a partir do interesse nacional estadunidense.

Complementando a visão realista dos autores, existe a opinião de que a manutenção da ordem internacional liderada pelos Estados Unidos é benéfica. A teoria da estabilidade hegemônica é uma constante no livro que aqui analisamos, apenas um país tem a capacidade e tradição democrática para conseguir sustentar a ordem internacional. Como é definido por Ikenberry (2008, p.86), os Estados Unidos fornecem bens públicos e resolvem conflitos que necessitam coordenação global. O poder norte-americano é aceito por todos por se basear em regimes pré

estabelecidos e compartilhados, como as organizações internacionais, práticas de comércio, acordos internacionais. A sua política internacional encontra legitimidade nos fóruns interestatais. A cooperação entre as nações ocidentais cria estabilidade e permite que a democracia e o capitalismo floresçam, a liderança Estadunidense permite que o sistema internacional prospere, e apesar de tal liderança ter sido abandonada pela doutrina Bush, ela deveria retornar na administração do próximo presidente (IKENBERRY, 2008).

Os autores tomando como verdade que a liderança dos Estados Unidos é o ponto fundamental de separação entre a ordem e caos, debatem sobre como tal organização internacional pode ser reforçada, e quais são os empecilhos para a sua implementação.

Esperando aconselhar o futuro presidente após as eleições de 2008, os autores lidam com a situação internacional norte-americana no ano da eleição, último do mandato de George W. Bush. Após os traumáticos atentados terroristas de 11 de setembro e as consequências da unilateralidade da doutrina Bush, eles percebem a situação do país na ordem internacional como frágil, as políticas dos Estados Unidos não são acompanhadas pelo mesmo amplo apoio que anteriormente. A década de 1990 é assumida pelos autores do livro como um respiro, uma época de calma no internacional, uma época de otimismo tão grande que a ideia de o Fim da História e o surgimento de último homem de Fukuyama, cenário onde os conflitos entre e dentro das nações ocidentais seria um passado superado, até se torna plausível, momento de ilusão que é encerrado com o 11 de Setembro. Segundo Kagan (2008, p. 36) os anos que acompanham o fim da Guerra-fria até o atentado de 11 de Setembro ofereceram um lampejo de uma possível ordem internacional onde as nações poderiam crescer de maneira conjunta e as fronteiras entre elas seriam desfeitas. A cooperação, o fim das disputas ideológicas criaria um mundo democrático baseado no livre-comércio. Tal vislumbre de um mundo melhor seria otimismo, uma miragem de alguns segmentos liberais que

acreditavam que com o fim da guerra fria todos os conflitos do mundo estariam resolvidos (KAGAN, 2008).

Neste cenário, após o fim das ilusões que a década de harmonia e paz que a década de 90 ofereceu, os autores do livro identificam dois problemas principais para a construção da ordem internacional. O primeiro sendo de um cunho mais realista, identifica que (Kagan, 2008, p.45) o nacionalismo, em todas as suas formas, está de volta, reativando as disputas por poder, influência e honra, uma ordem internacional não se baseia em ideias e instituições, mas é moldada por configurações de poderes efetivos. Na clássica maneira realista, Kagan identifica como o empecilho para a construção da ordem internacional hegemônica norte-americana atores estatais, como China e Rússia, que não compartilham dos valores ocidentais de democracia. As disputas nacionais estão retornando após a década do otimismo que foram os anos 1990, através do protecionismo econômico e o questionamento dos valores norte-americanos de democracia liberal e livre mercado.

O segundo problema, identifica os movimentos fundamentalistas, como o principal oponente da construção de uma ordem internacional. O fundamentalismo seria a ameaça coletiva para a civilização ocidental, assim como os grandes poderes se reuniram para controlar o perigo revolucionário em 1815, as nações ocidentais deveriam cooperar para resolver o problema islâmico, que apenas pode ser enfrentado através da ação conjunta e cooperação (EVERA, 2008).

Sempre tendo em mente a disputa interestatal, alguns dos autores definem os problemas comuns entre os distintos estados como questões da qual pode surgir a cooperação. A disputa pelo poder continua, mas o perigo comum do mundo islâmico se apresenta como agenda na qual a cooperação forjada e liderada pelos Estados Unidos surge como melhor alternativa a ser escolhida (POWER, 2008).

Apesar de para alguns autores a disputa interestatal estar apaziguada, todos reconhecem esse momento como específico, a disputa no cenário internacional seria a norma. Para a qual muitos propõem a cooperação como maneira de manter

o Estados Unidos no topo. Com o terrorismo se concretizando como um tópico de relevância para os analistas, essa nova preocupação acompanha as antigas ansiedades realistas sobre o cenário Internacional. As inseguranças causadas pela insegurança hobbesiana do sistema internacional é agora acompanhada por novos inimigos motivados pela fé (CHAIN, 2008).

Os novos inimigos do Estado nacional norte-americano são um novo elemento para ser levado em conta nos cálculos de estratégia. A disputa pelo poder entre nações permanece, mas os novos agentes também são uma questão central. Em maior ou menor medida, as preocupações estratégicas de geopolítica permanecem e são acompanhadas pelos novos problemas comuns a todos os atores internacionais, como o fundamentalismo e a questão ecológica.

Apesar de novo cenário, a ação estatal continua tendo primazia, o uso das forças armadas permanece como a ferramenta primária para a solução de problemas no mundo não ocidental. Novas políticas devem ser adotadas para lidar com os problemas advindos da globalização e aquecimento global, problemas que não tem como lócus apenas os Estados nacionais, mas permanece a questão de que (MAIER, 2008, p.61) estados, com a ajuda de das nações unidas e a rede formada pelas organizações não governamentais, permanecem os principais instrumentos para lidar com o novo cenário internacional.

4.5 METODOLOGIA

A metodologia usada pelos autores se resume ao estado e as suas relações exteriores, na clássica maneira realista. O estado como sendo o ponto de partida das análises não é representado por distintos grupos internos, mas todas as vontades são representadas e mediadas pela ação do Estado, o resultado disso é a formação do Interesse Nacional. Construção representativa das vontades de seu Estado e sociedade civil.

Se os autores partem da escola de pensamento sobre a qual já fizemos algumas considerações, o objetivo aqui não é revisar os paradigmas do realismo mas buscar analisar em que medida as constatações feitas anteriormente neste trabalho se revelam no livro “To Lead The World: American Strategy after the Bush Doctrine”.

Em tal perspectiva a história se torna um acervo de acontecimentos na qual a sua maior utilidade é proporcionar exemplos passados para situações atuais. Vemos tal uso da história aparecer em Evera (2008, p. 24) ao discutir sobre a construção de um concerto moderno, que estaria aos moldes do concerto europeu de 1815 e traria benefícios, como aumentar os custos de agressão no sistema internacional, causado pelas alianças do concerto. O novo concerto proposto seria análogo às políticas de Bismarck’s na Alemanha em relação à Europa de 1871 a 1890.

Na perspectiva realista, a história entre as nações se resume a uma disputa pelo poder, que desde a antiguidade vem ocorrendo com as mesmas restrições sistêmicas. No tabuleiro do mundo, o mesmo jogo vem sendo jogado por toda a história, o passado se torna apenas o registro de jogadas feitas anteriormente. De tal maneira, observamos como ao longo do livro exemplos históricos são usados de maneira livre, a definição coxiana de Ideologia mostra aqui a sua utilidade. Durante o livro, ao falar sobre a situação no Leste Asiático, Kagan comenta (2007, p.42, tradução nossa) “o futuro do leste asiático parece mais com o passado da Europa que com o seu presente. Mas ele também aparece com o passado da Ásia.”⁶. O anacronismo define o uso indevido de acontecimentos históricos sem uma análise prévia, os paralelos possíveis a serem feitos entre acontecimentos presentes e passados é perdido quando o contexto histórico de um acontecimento é ignorado. A visão de que o estado é uma construção coletiva que mantém os mesmos objetivos

6 Texto original: “The East Asian future looks more like Europe’s past than its present. But it also looks like Asia’s past”

desde a antiguidade, a disputa pelo poder, é uma afirmação que faz da história apenas uma consequência das características inatas dos agentes.

A visão da história simplesmente como algo que aconteceu, sem peso e sem herança para com o presente, traz uma perspectiva interessante. Os crimes do passado não são mais crimes, mas erros de estratégia. O comportamento de um ator é o que ele opta racionalmente por ser a melhor estratégia, erros de cálculo podem ser facilmente ajustados. Segundo Chain (2008, p. 77, tradução nossa):

A narrativa americana, sempre permite a possibilidade para arrependimento individual e coletivo, permitindo novos começos. Então apesar de ainda estarmos ocupando o Iraque; preocupados com a fragilidade das fronteiras porosas, para bloquear a possível entrada de terroristas ou servir como ponto de controle para imigrantes dos quais dependemos para os empregos mais duros; e estarmos profundamente endividados, nós confiamos na redenção histórica - recebendo e compartilhando ela.⁷

Sem o peso da memória, o perdão e recomeço são questões simples para os estrategistas norte-americanos. Os erros do passado desaparecem assim que as ações que as causaram mudam, uma mudança nas táticas de política externa consequentemente redime os erros do passado. Sem o julgamento da história, Chain afirma (2008, p. 78) que o restante das nações não tem a intenção de persistir nos erros cometidos pela política externa estadunidense, é mais fácil para todos seguir em frente, as famílias iraquianas e norteamericanas de luto podem lidar com as ações tomadas, e como país os Estados Unidos tem a oportunidade de ter um novo início.

4.6 HEGEMONIA

⁷ Texto original: "The American narrative, however, always allows scope for repentance, individual or collective, and beginning anew. And so, even while still mired in Iraq; while still preoccupied by the fragility of our porous frontiers, whether as a barrier to terrorists or as a checkpoint for the masses of immigrants we rely on for uncomplaining labor; and, furthermore, deep in individual and collective debt, we trust in historical redemption—receiving it and bestowing it."

Todos os autores concordam em um ponto. Os Estados Unidos são a nação indispensável do sistema internacional. Vamos tratar aqui como os autores discutem a legitimidade dos Estados Unidos no livro. Segundo Kagan (2008) a predominância dos Estados Unidos não está impedindo o progresso e a construção de um mundo melhor, ela evitaria que forças regressivas criassem um mundo mais inseguro e perigoso. A sua posição de liderança deve ser mantida e fortalecida. A hegemonia norte-americana se encontra em um momento de fragilidade, também por novas preocupações como o fundamentalismo, mas principalmente pelos impactos da doutrina Bush na legitimidade internacional do país. É opinião compartilhada pelos colaboradores do livro que (FUKUYAMA, 2007, p. 204, tradução nossa):

O governo Bush superou em muito o papel de “hegemonia benevolente”, superestimando o grau em que o resto do mundo aceitaria a legitimidade da liderança americana e seu uso unilateral do poder. Mas o fato é que existe uma série de bens públicos globais que serão insuficientemente supridos se os Estados Unidos não permanecerem fortemente engajados na política mundial, desde a manutenção de uma ordem comercial internacional aberta à segurança das rotas marítimas e à proteção ambiental e controle de doenças à assistência humanitária e, sim, um mundo em que a democracia e os direitos humanos são observados.⁸

Os autores se distanciam da vertente neo-conservadora que teve preponderância na era Bush. Eles buscam evitar que o país adote políticas de maneira unilateral, sem o diálogo com as outras nações, a crítica não é feita pelo uso da força pelo meio militar, mas pelo seu excesso e que ela foi exercida sem a aprovação de nações aliadas. Com a intenção de aconselhar o presidente que fosse eleito nas eleições de 2008, o próximo chefe de estado deveria ter como primeira preocupação a contenção de danos da era Bush. O Militarismo em excesso deve ser

⁸ Texto original “The Bush administration greatly overplayed the role of “benevolent hegemon,” overestimating the degree to which the rest of the world would accept the legitimacy of American leadership and its unilateral use of power. But the fact of the matter remains that there are a number of global public goods that will be significantly undersupplied if the United States does not remain heavily engaged in world politics, from maintenance of an open international trading order to sea lane security to environmental protection and disease control to humanitarian assistance and, yes, a world in which democracy and human rights are observed.”

deixado de lado, o equilíbrio entre o uso da força e a retórica dos valores norte-americanos devem, segundo os autores, retornar. A opinião compartilhada é de que exatamente este equilíbrio entre o uso da coerção e a influência exercida pela estrutura internacional criada após a Segunda Guerra Mundial é o ponto fundamental para a permanência da hegemonia norte-americana. A política externa norte-americana deve voltar ao equilíbrio que foi por tanto tempo mantido, segundo Fukuyama (2007) na obra que é nosso objeto de estudo, a reformulação da política externa norte-americana precisa focar na construção de democracias, desenvolvimentos econômico, a conquista de corações e mentes, e no uso indireto da força. Os custos de tais políticas seriam financiados com a diminuição dos gastos militares pela retirada das tropas no Iraque. O país precisa fazer uso de *soft power* e participar ativamente ajudando distintas nações (FUKUYAMA, 2007).

Os autores variam sobre quais táticas e qual o nível de coerção e estratégias de consenso devem ser estabelecidas. Mas todos acreditam que a junção dos dois é essencial. Seria a maneira híbrida de agir, com a violência para os desafiantes da ordem internacional e persuasão aos aliados. Nenhum dos autores nega que o exército americano é uma ferramenta essencial para espalhar os valores democráticos pelo mundo, mas implementado de maneira unilateral ele traz mais prejuízos para a posição norte-americana do que benefícios. O problema não é a dominação militar, mas como ela se deu durante o período Bush. Segundo Kurth (2007, p.130) no aspecto militar os Estados Unidos não são capazes de estabelecer um sistema único, estabelecer um único *leviathan*⁹ mundial, que consiste em uma autoridade global para exercer penalidades aos atores que desrespeitem as normas da ordem. O país deveria liderar um conjunto de *leviathans* regionais compostos por suas nações aliadas, países fortes que garantiriam a ordem em seus próprios territórios e em suas regiões.

Apesar de apelos para o uso moderado da força militar, todos autores concordam de que a ameaça islâmica é uma questão nova, na qual apesar de o

9 *Leviathan*: como na acepção do livro de Thomas Hobbes, 1650.

exército não ser a solução única, como em conflitos com outros estados nações no passado, ele ainda é a maneira mais direta para suprimir o extremismo. Segundo Leffler e Legro (2008, p. 2) observando os objetivos de estados falidos e terroristas, os Estados Unidos não poderiam se apoiar em uma postura reativa como no passado. A impossibilidade de deter ataques terroristas causados por armas de destruição em massa faz com que seja necessário que os Estados Unidos busquem deter todos os possíveis ataques.

Mas a ordem internacional não foi feita, segundo os autores, pela força militar, mas pela propagação dos valores da Sociedade norte-americana. O exército é apenas um meio entre muitos para a expansão da liberdade, são eles que norteiam as ações e são o fundamento da força e legitimidade que o país desfruta no cenário internacional. Segundo Leffler e Legro (2008) os princípios americanos deveriam, de acordo com Bush, moldar as decisões norte-americanas sobre cooperação internacional, assistência externa e a alocação de recursos estratégicos. As críticas feitas ao governo Bush não se dão pela natureza do poder imperial, mas a maneira na qual ele estava sendo exercido.

A recomendação dada pelos autores é de que o país continue a propagar os valores democráticos pelo mundo através de vias pacíficas como programas sociais internacionais e incentivos não violentos a governos democráticos. Eles buscam principalmente dois objetivos com isso, o primeiro é restabelecer a legitimidade abalada do país após a violência da era Bush. O segundo é buscar contrapor os processos que desencadearam na criação de novos inimigos globais, como as antigas políticas invasivas dos Estados Unidos e os efeitos assimétricos gerados pela globalização. Segundo Power a melhor maneira de restaurar a influência dos Estados Unidos é incentivar as políticas multilaterais que tragam benefícios para os cidadãos do mundo, a retórica da democracia deve ser acompanhada por ações para conquistar as mentes e corações de estrangeiros e assim aumentar a estabilidade. O próximo presidente deverá trabalhar através das organizações para

aumentar a segurança humana, libertando os indivíduos dos medos causados pelas necessidades (POWER, 2008).

A desigualdade e pobreza são vistos como pólvora nos barris que são os Estados não ocidentais, se faz necessária a modernização, ou pelo menos, o combate a pobreza em tais países. O cenário de globalização está mudando a capacidade das políticas nacionais em relação às suas respectivas populações. Chain afirma que a globalização, pobreza e desigualdade criam uma estrutura na qual os Estados não conseguem lidar com os seus conflitos sociais internos, tal estrutura aumenta a desarmonia, ou a probabilidade de surgirem conflitos, entre as nações favorecidas e desfavorecidas (CHAIN, 2008).

A manutenção da Hegemonia norte-americana deveria então se dar pelas medidas pacíficas visando combater os conflitos sociais. Todos os autores partem da preocupação da perda de legitimidade dos Estados Unidos durante o governo Bush, e os conselhos aqui listados tem como principal foco o aumento da legitimidade do país com o restante do mundo. Com a exceção de dois autores que se preocupam com a implementação de democracias liberais no oriente médio, as diferentes recomendações dadas pelo Livro são de que o incentivo aos direitos humanos e às instituições democráticas, por vias não violentas, são a estratégia certa para propagar os ideais norte-americanos sem prejudicar a legitimidade do país. Segundo Kagan (2008, p 56) o mundo ocidental deveria incentivar a liberalização e modernização, apoiar os direitos humanos, e apoiar eleições democráticas para construir um mundo democrático feito para todos os indivíduos.

4.7 RACIONALIDADE PRESUMIDA

A escola Realista parte de que os atores envolvidos na disputa internacional, os estados, seguem a racionalidade do cálculo sobre as perdas e ganhos de toda ação. Uma ação só é tomada quando percebida como benéfica. Derivada diretamente da racionalidade econômica, a racionalidade dos Estados seria através

de cada cálculo e ação buscar aumentar o seu poder. A sintetização do cálculo racional feito por um Estado, seria a formação do interesse nacional. O interesse nacional é o resultado do cálculo, o agente percebe que colocar o interesse percebido em prática é a melhor maneira de maximizar os seus ganhos. Os atores racionais partem de tais premissas para formar as suas ações.

Os autores destacam ao longo do livro os valores americanos, mas nenhum deles advoga que eles sejam buscados de maneira desajuizada. O cálculo feito pelos membros de um país devem priorizar a autopreservação antes de tudo. A intenção do livro analisado, como aqui destacamos, é que seja usado pelos formuladores de política externa. Os diferentes artigos expostos têm como objetivo informar o leitor para que ele tenha a maior quantidade de informações para tomar a melhor decisão na arena da política externa, não importando quais são os métodos usados para implementar os valores norte-americanos. Os argumentos são os mesmos, apesar de os valores democráticos serem o fim, o objetivo almejado, os meios utilizados para atingi-los, o cálculo racional por parte dos atores nunca pode ser deixado de lado. Kagan explica como apesar dos desejos em propagar os valores ocidentais (2008, p.8, tradução nossa):

Os formuladores de políticas precisam formular políticas com base na apreciação do cenário internacional, na avaliação de ameaças, no cálculo de objetivos e na integração de valores e interesses. Os formuladores de políticas devem atribuir prioridades e fazer trocas críticas sobre questões-chave como liderança internacional, domínio militar, uso da força, promoção da democracia, imagem global dos Estados Unidos e participação em instituições internacionais. Depois que as prioridades são ordenadas, meios e fins devem ser reconciliados, os recursos precisam ser atribuídos e os instrumentos de governança projetados. Burocracias distintas devem ser mobilizadas na busca de objetivos compartilhados, e a opinião pública deve ser reunida para apoiar a missão geral. Esses esforços são os requisitos necessários para qualquer estratégia.¹⁰

10 Texto original: "Policymakers need to formulate policies based on an appreciation of the international scenario, threat assessment, objective calculation, and the integration of values and interests. Policymakers must prioritize and critically exchange on key issues such as international leadership, military rule, use of force, democracy promotion, US global image, and participation in international institutions. Once priorities are sorted, means and ends must be reconciled, resources must be allocated, and governance instruments designed. Distinct bureaucracies must be mobilized in pursuit of shared goals, and public opinion must be brought together to support the

Um ponto importante a ser analisado no livro é que os atores internacionais dotados de razão, ou que tomam mais decisões racionais, são as nações modernas. Sendo o comportamento racional pelos atores estatais escasso nas sociedades tradicionais, como as do leste mundial e o mundo islâmico. A formação de uma racionalidade a nível estatal está diretamente ligada à formação dos Estados Nacionais, a razão no cenário internacional só é plausível quando existe a tomada de decisão centralizada, corporificada pelo interesse nacional, ou seja, que foi formulada pelo Estado.

A racionalidade de um agente é ditada pelo seu estágio de modernização. Sociedades nas quais o capitalismo foi difundido de maneira mais ampla possibilitam que seus agentes tomem decisões racionais pelo mercado, a modernização retira o peso das tradições sobre o indivíduo e o abre às possibilidades da escolha racional. O exemplo que aparece em todos os artigos é o do fundamentalismo como negador da modernidade, ou seja, como negador da razão e, por consequência, como sendo um movimento com ações completamente irracionais.

A irracionalidade tem como foco a questão islâmica, mas é importante lembrar, como Kenan destaca, que ainda existem muitos países que não aderiram a modernidade, ou seja, ao capitalismo de mercado e a democracia nos moldes liberais. O autor (2008, p. 37, tradução nossa) destaca como “A competição entre liberalismo e absolutismo ressurgiu, com as nações do mundo cada vez mais se alinhando, como no passado, em linhas ideológicas”¹¹. A racionalidade do mundo ocidental é também confrontada pela China comunista e a Rússia que não se libertou completamente de seu passado soviético, para Kagan (2007, p.46, tradução nossa) “Se duas das maiores potências do mundo compartilham um compromisso

overall mission. These efforts are the necessary requirements for any strategy.”

11 Texto original: “The competition between liberalism and absolutism has reemerged, with the nations of the world increasingly aligning, as in the past, on ideological lines.”

comum com o governo autocrático, a autocracia não está morta como ideologia.”¹² A recusa de ambos os países em abraçarem a democracia liberal dificulta ambos países em se integrarem a ordem internacional, seus cálculos racionais não chegam a automática conclusão de que uma ordem liderada pela nação norte-americana é benéfica. Em resumo contestar a ordem estabelecida pela modernidade é sinônimo de comportamento irracional.

Os herdeiros do iluminismo, apesar dos comentários de Kagan, têm como principal foco a questão islâmica. Segundo os autores do livro, os movimentos fundamentalistas que negam a modernidade tem o maior sintoma irracional de todos, o terrorismo. O terrorismo islâmico se distingue das anteriores práticas de terrorismo com objetivos políticos pragmáticos, segundo os autores a recusa pela modernidade invoca apenas vontade pela destruição do ocidente. Ao comentar sobre o fundamentalismo Evera destaca como (2008, p.15, tradução nossa) “Esse pensamento, que vê eventos catastróficos como uma coisa boa, oferece uma justificativa para ataques niilistas de armas de destruição em massa.”¹³ Para os analistas tais ataques são niilistas por que não são dotados de qualquer razão, apenas pelo desejo de destruir.

Pela ótica dos analistas internacionais, estados que não correspondem ao usual estado nação, uma democracia liberal, não são capazes de formularem o interesse nacional. Não são capazes de fazer o cálculo racional devido a forte herança da tradição em suas sociedades, a baixa difusão dos mecanismos de mercado. A racionalidade tem o seu sistema político, a democracia liberal. Recusar o capitalismo é recusar a modernidade, é recusar as maneiras definidas pelo ocidente como racionais. Segundo Kurth (2008, p.116) a maioria dos países muçulmanos possuem poucos ou nenhum dos pré-requisitos para a implementação

12 Texto original: "If two of the world's greatest powers share a common commitment to autocratic rule, autocracy is not dead as an ideology."

13 Texto original: "This thought, which sees catastrophic events as a good thing, offers a justification for nihilistic attacks on weapons of mass destruction."

de um regime democrático. Para o futuro próximo, as suas perspectivas seriam a de adotarem um regime autoritário de governo ou falirem completamente e não implementar nenhum tipo de governo, optar pela anarquia de seu território e a dissolução de seu estado.

A recusa da modernidade pela maioria dos países islâmicos os condena a não serem capazes de escaparem ao caos. Eles não são capazes de se organizar em estados nacionais, e através disso serem capazes de realizar o cálculo racional, formular o interesse nacional, na esfera internacional.

4.8 CONSELHO

As recomendações de política partem todas da mesma afirmação, a legitimidade norte-americana no mundo foi abalada pela doutrina Bush. No livro aqui analisado, os comentários sobre a legitimidade e os conselhos dados aos políticos estão juntos. O recuo no uso de meios consensuais para exercer a hegemonia e uma relativa perda de legitimidade pelas ações dos Estados Unidos no cenário internacional, foi percebida, os conselhos buscam remediar tal situação. O uso de intervenções militares feitas de maneira unilateral foi percebida por todos os autores como um erro tático. A ocupação de um país não é efetiva para eliminar a instabilidade ou o perigo que ele apresenta, e o desgaste político que a acompanha é enorme. O consenso é de que os Estados Unidos devem abandonar os paradigmas da doutrina Bush. Segundo Evera (2008, p.19) os Estados Unidos deveriam evitar se envolver em qualquer operação que envolva grandes comprometimentos como uma ocupação, elas se tornam custosas e longas, revelando uma face de Estado policial que o governo norte-americano prefere evitar. Os Estados Unidos devem optar por meios indiretos e não violentos de intervenção. Se apoiando em sanções econômicas, ataques militares causados por seus aliados ou *proxys*, e uso da diplomacia. Ele deve atrair terceiros, persuadindo as nações para que elas acreditem que vão se beneficiar com a vitória dos interesses norte-

americanos. Então os Estados Unidos devem adotar uma retórica na qual benefícios para a nação líder são diretamente correspondidos com ganhos para os seus subordinados.

Pela perspectiva dos autores o abandono do unilateralismo e a volta para políticas multilaterais deveriam ser realizadas. O país deveria se preocupar com a manutenção do ordenamento internacional que fez com que os Estados Unidos atingissem a posição de maior potência. Retornar a atenção aos órgãos internacionais e a cooperação seria a maneira mais efetiva de assegurar a primazia do país. Segundo Chain (2007, p.82) o poder que o país deve visar construir é aquele que injeta autoridade legítima nas instituições internacionais. Essa é uma questão que deveria ser defendida por ambos políticos do espectro político norte-americano. Buscando assim diminuir as desigualdades causadas pela economia de mercado ao mesmo tempo que garantindo a estabilidade e segurança

Apesar de que novas medidas de cooperação devem ser tomadas para se poder lidar com a ameaça do fundamentalismo muçulmano, o foco é fazer uma redução de danos da era Bush. Reconstruir as relações enfraquecidas pelo unilateralismo. Os mecanismos de cooperação internacional não foram dissolvidos, mas os Estados Unidos não buscavam mais articular as suas políticas através deles. A nação líder deve retornar aos mecanismos que ela gastou tanto esforço em construir. Na maioria dos comentários dos autores sobre o assunto, eles comentam como na administração futura da casa branca é importante manter um ar de humildade. Reconhecer os erros do passado e seguir adiante. Para reconquistar a confiança no cenário internacional, o país líder deve realizar concessões e se adaptar a algumas regras criadas pelo seu próprio ordenamento internacional. Ikenberry descreve esse processo de reconstrução como (2007, p.88, tradução nossa):

A nova agenda para a construção liberal de ordens envolve uma série de esforços para fortalecer e reconstruir uma arquitetura global.

Essas iniciativas incluem a construção de uma “infraestrutura protetora” para prevenir e responder a uma catástrofe socioeconômica, renovar as alianças da era da Guerra Fria, reformar as Nações Unidas (ONU) e criar mecanismos multilaterais de cooperação no Leste Asiático e entre democracias. Em segundo plano, os Estados Unidos precisam renegociar e renovar seus grandes acordos com a Europa e o leste da Ásia. Nessas barganhas, os Estados Unidos precisarão sinalizar uma nova disposição de restringir e comprometer seu poder, acomodar os estados em ascensão e operar dentro de regras e instituições globais reconfiguradas e acordadas.¹⁴

Apesar dos autores concordarem de que para lidar com o islamismo e estados falidos a coerção militar continua sendo a melhor tática, ela deve agora ser implementada através de coalizões internacionais. Ikenberry sintetiza bem a opinião dos diferentes analistas do livro, o país deve reconhecer os fundamentos de sua grandeza que foram castigados nos últimos anos, e buscar reconstruí los da melhor maneira. A grande estratégia do país deve restaurar a legitimidade e liderança que foi perdida durante os anos Bush filho, fatores que fundamentam a grandeza do poder norte-americano (IKENBERRY, 2008).

Sobre os conselhos que são dados para a política doméstica, os teóricos da política externa estão na posição de discutir diretamente com os formuladores das políticas. São raras as ocasiões em que representantes do mundo acadêmico têm a atenção dos detentores de poder através de uma maneira tão direta. Os conselhos são claros e as estratégias são bem delimitadas. As instruções para agir são claras, basta que os responsáveis pelo aparelho estatal as executem. É curioso a posição que a população ocupa em tal cenário, ela não é nem consultiva, a população em geral, ou melhor dito a opinião pública apenas não deve ser negativa a ponto de

14 Texto original: “The new agenda for liberal order building involves a series of efforts to strengthen and rebuild a global architecture. These initiatives include building a “protective infrastructure” to prevent and respond to a socio-economic catastrophe, renewing Cold War era alliances, reforming the United Nations (UN) and creating multilateral cooperation mechanisms in East Asia and between democracies. In the background, the United States must renegotiate and renew its major agreements with Europe and East Asia. In these bargains, the United States will need to signal a new willingness to restrict and compromise its power, accommodate rising states, and operate within reconfigured and agreed global rules and institutions.”

interferir nas grandes estratégias planejadas. É necessário que ocorra o convencimento da população para que a sua opinião não seja um fator interveniente. Segundo Evera é necessário que a população tenha consciência sobre quais são as táticas dos Estados Unidos na arena externa, e de que apoie a continuidade disso (2007, p. 26, tradução nossa):

Uma estratégia de concerto carece de amplo apoio público, a menos que tais fatos sejam amplamente compreendidos. O público deve entender que os Estados Unidos se saíram bem no exterior no século XX apenas porque forjaram e lideraram amplas alianças. Seus grandes triunfos se basearam em uma diplomacia bem-sucedida que convenceu outros a ficar com a América e dividir o custo da guerra. Sem aliados, os Estados Unidos teriam pago um preço terrível pela vitória, se tivessem vencido. E pagará um preço terrível no século XXI se avançar sozinho, sem depender de seus aliados históricos.¹⁵

Não importa quão acurada ou efetiva é a análise dos estrategistas norte-americanos do livro aqui descrito, ela não pode ser implementada sem uma relativa aprovação popular. Os intelectuais esclarecidos se vem então como reféns da vontade popular, eles repetem como a população deve entender os benefícios que são obtidos pelos Estados Unidos em manter a ordem mundial, caso contrário interesses específicos ou opiniões populistas podem atrapalhar a grande estratégia. A opinião pública positiva é o empecilho do qual os pensadores de política externa dependem. A ignorância da população norte-americana sobre os acontecimentos globais faz com que ela seja suscetível a opiniões populistas ou interesses específicos que vão em contra ao interesse nacional de criar um concerto internacional, a ingênua população poderia ser facilmente enganado para opinar contrariamente ao interesse nacional (EVERA, 2008).

15 Texto original: "A concert strategy lacks broad public support unless such facts are widely understood. The public must understand that the United States fared well in the twentieth century just because it forged and led broad alliances. His great triumphs were based on a successful diplomacy that convinced others to stay with America and share the cost of war. Without allies, the United States would have paid a terrible price for the victory if they had won. And it will pay a terrible price in the 21st century if it goes it alone, without depending on its historical allies."

A intervenção excessiva da população nos assuntos altamente especializados da política externa, ou de maneiras populistas de lidar com os problemas internacionais, teria resultados desastrosos na pensada estratégia que um país deveria seguir na sua política externa. O que os autores percebem ocorrendo internacionalmente, a reorganização da produção mundial e as novas desigualdades por parte da globalização, despertaram sentimentos de ira pelos Estados Unidos e o seu ordenamento internacional por todo o globo.

O abandono da racionalidade por aqueles atingidos negativamente pela globalização preocupa os autores do livro, medidas devem ser tomadas para que os sentimentos de descrédito e raiva com a ordem internacional sejam mudados. Eles percebem como dentro de seu próprio país o descontentamento com o *status quo* vem crescendo, o populismo rejeitaria a ordem internacional que foi construída com tanto esforço e racionalidade. Segundo Chain (2008, p.73) com as políticas do populismo se tornando mais influentes no exterior, elas também podem parecer uma opção viável para os cidadãos norte-americanos. Nos últimos anos, as oportunidades que eram oferecidas igualmente para todos estão desaparecendo, e domesticamente o país vê um súbito aumento na desigualdade. A profunda desigualdade pode ser um ímã para o aumento do populismo.

Sobre a questão interna, como a aplicação da política externa infelizmente está atrelada a aprovação da não especializada opinião pública, é essencial convencê-la dos benefícios do ordenamento internacional e manter distantes os anseios populistas. As amarras e limites que a opinião interna tem sobre a aplicação de políticas externas deve sempre ser levada em conta. Aqueles que lidam com a política externa na democracia norte-americana partem de um posicionamento único, o povo não é visto como o tomador de decisões, mas apenas uma preocupação que pode afetar a aplicabilidade das estratégias calculadas.

SÍNTESE DO CAPÍTULO:

Observamos no capítulo o contexto da obra. Feita durante a era Bush, ela buscou conter os danos daquela política unilateral que abandonou as estruturas internacionais de governança. Os autores, através dos incentivos oferecidos pelo Miller Center, são representantes dos maiores centros universitários dos Estados Unidos e nomes conhecidos no campo de estudos das relações internacionais. Eles comentam de maneiras distintas sobre o retorno que deve ser feito na próxima administração às políticas multilaterais. Sobre as categorias de análise estabelecidas observamos algumas conclusões que entram de acordo com o nosso ponto de partido teórico: (i) Os autores partem do interesse específico dos Estados Unidos. (ii) A questão histórica tem baixa relevância. (iii) A hegemonia é estabelecida pelo consenso orquestrado pela nação estadunidense. (iv) É assumida pelos autores uma relação equivalente entre racionalidade e modernidade. (v) Os conselhos têm o objetivo de restaurar a primazia dos Estados Unidos e evitar conflitos internos que atrapalhem o funcionamento de sua política internacional.

5 CONCLUSÃO

O trabalho pretendia observar a produção científica nas relações internacionais através da perspectiva crítica, tomando como objeto de estudo o livro “To Lead the World”. Partindo da teoria crítica buscamos localizar qual é o propósito das ideias no sistema internacional estabelecido, quais interesses elas defendem.

Tracejar o início da perspectiva crítica e a sua introdução nas relações internacionais serviu como o embasamento teórico, como o nosso ponto de partida. Os comentários da perspectiva internacionalista sobre a produção de teoria no campo das relações internacionais, ressaltando os seus aspectos normativos, serve como argumento inicial para analisarmos as afirmações que buscamos comprovar neste trabalho. De maneira teórica, observamos qual é o papel da teoria no campo internacionalista e nos atentamos em seu papel para manter a ordem estabelecida.

No segundo capítulo buscamos entender como se dá essa relação na prática. Inicialmente o esforço foi em contextualizar o assunto. Wallerstein revela qual é o papel do discurso científico na retórica das nações poderosas, sendo ele o de legitimar as ações interventoras em países que não formam o centro civilizado do mundo. Os valores ditos universais atendem a interesses particulares e historicamente servem para legitimar a ação dos países centrais. As contribuições de Gramsci sobre o intelectual orgânico mostra a relação entre as atividades intelectuais e os seus propósitos materiais. Cox mostra como essa relação se manifesta na universidade. Perry Anderson mostra como os teóricos da política externa e os seus formuladores estão diretamente relacionados, as questões levantadas pela teoria crítica se dão de maneira bastante clara no campo das relações internacionais. A preocupação primária dos teóricos é a implementação de suas recomendações.

No terceiro capítulo ao analisar a obra “To Lead the World” buscamos observar se as constatações feitas anteriormente no trabalho se realizam. Através dos instrumentos metodológicos que estabelecemos durante o trabalho chegamos na concordância entre o problema do trabalho e os resultados obtidos. O agrupamento dos trabalhos de teóricos de renome no campo das relações internacionais pelo Miller Center pode ser interpretado como um produto da intelectualidade orgânica. Os parâmetros que estabelecemos para olhar o livro mostram como os autores identificam a liderança norte-americana, como um

interesse coletivo. Os Estados Unidos são a nação indispensável do sistema internacional. Que o país norte-americano seja o mais poderoso e fundamente as organizações multilaterais, espaços onde é decidido como se realiza o debate sobre as políticas internacionais entre as nações, é vantajoso para todos os países do mundo. A ordem internacional estabelecida, segundo os autores do “To Lead the World”, não é apenas desejada, mas é necessária para que os valores democráticos e modernos sejam estabelecidos e mantidos ao redor do mundo.

Observamos os aspectos normativos que o livro tem, ele advoga para que os Estados Unidos voltem a reforçar ativamente o sistema internacional que é o fundamento de sua grandeza e liderança no mundo. Segundo os autores, os ganhos para o país ao buscar recuperar a sua legitimidade com os seus aliados históricos e coordenar o sistema internacional são amplos. Ao mesmo tempo essa seria a melhor opção coletiva, todos os países do sistema internacional se beneficiam com a sua liderança. Os interesses de um país particular se afirmam através do discurso científico, especificamente o da teoria das relações internacionais, como valores universais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Cidade do Porto: Edições Afrontamento, 1976.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

COHEN, Benjamin Jerry. **Introduction to International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press,, 2008.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf. Acesso em: 20 Set. 2019.

COX, Robert W. **Production, Power and World Order**: Social Forces in the making of history. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J.. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996.

COX, Robert W. Social Forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J.. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 85-123.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony, and international relations: and essay in method. In: COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J.. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 124-143.

COX, Robert W. Take Six Eggs: theory, finance and the real economy in the work of Susan Strange. In: COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 174-190.

COX, Robert W. Ideologies and the New International economic Order: Reflections on some recent literature. In: COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 376-419.

COX, Robert W. Multilateralism and world order. In: COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J.. **Approaches to world order**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 494-523.

DAVIES, Matt. IR Theory: Problem-Solving Theory Versus Critical Theory? **E-International Relations**. 19 Set. 2014. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2014/09/19/ir-theory-problem-solving-theory-versus-critical-theory/>. Acesso em: 12 Set. 2019.

ECHENGREEN, Barry. A Shackled Hegemon. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 181-203.

EVERA, Stephen Van. A Farewell to Geopolitics In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 11-35.

FERGUSON, Neil. The Problem of Conjecture. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 227-249.

FUKUYAMA, Francis. Soft Talk, Big Stick. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 204-226.

GRAMSCI, Antonio. **The Antonio Gramsci Reader: Selected Writings 1916-1935**. Nova Iorque: New York University Press, 2000.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A Era do Capital**. São Paulo: paz e Terra, 2012.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Câmara do Livro, 1980. p. 139-176.

IKENBERRY, John. Liberal Order Building. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 85-108.

KAGAN, Robert. End of Dreams Return of History. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 36-59.

KENNEDY, David. Two Concepts of Sovereignty. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 157-180.

KURTH, James. Boss Of Bosses. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 109-132.

LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008.

LINKLATER, Andrew. **Beyond Realism and Marxism**. New York: Saint Martins Press, 1990.

MAIER, Charles. Beyond Statecraft. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 60-84.

MILLER CENTER (Estados Unidos). University Of Virginia. **Miller Center**. Disponível em: <https://millercenter.org/>. Acesso em: 12 Set. 2019.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Reconstructive Methodology and Critical International Relations Theory. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 9-32, Apr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292018000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2017400100001>.

POWER, Samantha. Legitimacy and Competence. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 133-156.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

COX